



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A Administração da Companhia, além dos documentos já divulgados ao mercado até a presente data, coloca à disposição a documentação necessária para a adequada informação aos acionistas sobre as matérias constantes da ordem do dia, abaixo discriminada, relativa à Assembleia Geral a ser realizada no dia 08 de Março de 2017.

Assembleia Geral Ordinária

- a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativas ao exercício social findo em 31/12/2016, bem como a manifestação do Conselho de Administração;
- b) Deliberar sobre a destinação de Lucro Líquido e outras verbas;
- c) Eleger os membros e seus respectivos suplentes para o Conselho de Administração;
- d) Fixar a remuneração dos Administradores;
- e) Eleger os membros e seus respectivos suplentes para o Conselho Fiscal e fixar a respectiva remuneração;

Assembleia Geral Extraordinária

- f) Homologar os aumentos de capital aprovados em 2016; e
- g) Aprovar a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social para refletir os aumentos de capital.

Voto a Distância

A Klabin S/A, no intuito de sempre aprimorar a relação com os seus acionistas, e, atendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em especial a Instrução de nº 481/09, e alterações, possibilitará o exercício do voto a distância na Assembleia Geral Ordinária. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) preencher o Boletim de Voto e enviá-lo diretamente à Companhia; (ii) transmitir as instruções de voto ao Escriturador; ou, (iii) acessar os links disponibilizados para cadastro, preenchimento e envio do Boletim de Voto eletronicamente através dos endereços: <https://klabin.infoinvest.com.br/ptb/s-3-ptb.html?idioma=ptb> ou <https://klabin.infoinvest.com.br/enu/s-9-enu.html?idioma=enu>.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2017.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Klabin SA

Av Brig Faria Lima 3600
04538-132 São Paulo SP

tel 11 3046 5800
www.klabin.com.br



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Proposta da Administração:

Destinação das verbas do exercício de 2016, inclusive do lucro líquido do exercício e dos montantes de realizações, constituições, reversões de reservas e distribuição de dividendos aos acionistas, conforme consta das referidas Demonstrações Financeiras (valores em R\$):

Composição do saldo de Lucros Acumulados

a) Lucro Líquido do exercício	2.481.945.571,61
b) Realização de Reserva de Ativos Biológicos (Próprios)	341.116.380,00
c) Realização de Custo Atribuído Imobilizado	5.342.128,64
d) Constituição de Reserva Legal (5% do lucro líquido).....	124.097.278,58
e) Constituição de Reserva de Ativos Biológicos (Próprios)	79.439.580,00
f) Constituição de Reserva de Ativos Biológicos (Controladas) (*).....	553.810.383,82
g) Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	44.601.313,89
Lucro Base para cálculo do Dividendo Mínimo Obrigatório (conforme Estatuto)...	2.026.455.523,96
Dividendo Mínimo Obrigatório Calculado conforme Estatuto – 25%	506.613.880,99
h) Constituição de Reserva para Investimento e Capital de Giro.....	1.471.839.462,95
i) Dividendos antecipados do exercício de 2016, aprovados pelo Conselho de Administração: em reunião de 28 de abril de 2016:	
• R\$ 22,37 por lote de 1.000 ações ordinárias e preferenciais	
• R\$ 111,86 por lote de 1.000 “Units”	102.499.956,70
em reunião de 26 de julho de 2016:	
• R\$ 23,58 por lote de 1.000 ações ordinárias e preferenciais	
• R\$ 117,91 por lote de 1.000 ações “Units”	107.988.160,89
em reunião de 27 de outubro de 2016:	
• R\$ 25,56 por lote de 1.000 ações ordinárias e preferenciais	
• R\$ 127,76 por lote de 1.000 ações “Units”	116.999.925,32
em reunião de 31 de janeiro de 2017:	
• R\$ 28,43 por lote de 1.000 ações ordinárias e preferenciais	
• R\$ 142,12 por lote de 1.000 ações “Units”	130.000.000,00
	457.488.042,91
j) Proposta de dividendos complementares do exercício de 2016:	
• R\$ 10,93 por lote de 1.000 ações ordinárias e preferenciais	
• R\$ 54,66 por lote de 1.000 units	
Total	50.000.000,00
k) Participação de Lucros de Debêntures Mandatórias Conversíveis em Ações.....	47.128.018,10

O total dos dividendos corresponde a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei e no Estatuto Social da Klabin S.A. 507.488.042,91

(*) Contido no resultado de equivalência

**ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

1. **Lucro Líquido do exercícioR\$ 2.481.945.571,61**
2. **Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

Valor Bruto por Ação	Montante Global
ON R\$0,09994	R\$ 457.488.042,91
PN R\$0,09994	
UNIT R\$0,49965	

3. **Percentual do lucro líquido do exercício distribuído ajustado nos termos da lei e Estatuto Social da Klabin 25%**
4. **Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:**

Valor Bruto por Ação	Montante Global
ON R\$0,02621	R\$ 120.015.000,00
PN R\$0,02621	
UNIT R\$0,13107	

5. **Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**
- a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:
- R\$ 10,93 por lote de 1.000 ações ordinárias e preferenciais
 - R\$ 54,66 por lote de 1.000 units
- Total R\$ 50.000.000,00
- b) Forma e prazo de pagamento dos dividendos Parcela única em 12/05/2017
- c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos Não se aplica
- d) Data da declaração de pagamento dos dividendos considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento 09/05/2017
6. **Caso tenha havido declaração de pagamento dos dividendos com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores:**

Descrição	Declarado em	Pago em	Valor Bruto por Ação	Montante Global
Dividendos	28/04/2016	11/05/2016	ON R\$0,02237 PN R\$0,02237 UNIT R\$0,11186	R\$ 102.499.956,70
Dividendos	26/07/2016	10/08/2016	ON R\$0,02358 PN R\$0,02358 UNIT R\$0,11791	R\$ 107.988.160,89
Dividendos	27/10/2016	14/11/2016	ON R\$0,02556 PN R\$0,02556 UNIT R\$0,12776	R\$ 116.999.925,32
Dividendos	31/01/2017	16/02/2017	ON R\$0,02843 PN R\$0,02843	R\$ 130.000.000,00

Klabin SA

Av Brig Faria Lima 3600
04538-132 São Paulo SP

tel 11 3046 5800
www.klabin.com.br



			UNIT R\$0,14212	
Total - R\$			457.488.042,91	

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2016	2015	2014	2013
Lucro por ação ON/PN - R\$	0,5244	n/a	0,1544	2,9366

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Dividendo distribuído por ação - R\$	2016	2015	2014	2013
ON	0,1109	0,0603	0,0751	0,3365
PN	0,1109	0,0603	0,0751	0,3603

8. Havendo destinação do lucro à reserva legal

a) Montante destinado à Reserva Legal R\$ 124.097.278,58

b) Detalhar a forma de cálculo da Reserva Legal 5% do Lucro Líquido

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos n/a**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

a) Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto:

Art. 29 - O exercício social começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as correspondentes demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se, quanto à destinação do resultado apurado, as seguintes regras:

- a) Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.
- b) O lucro líquido apurado será destinado como segue:
 - i) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal até esta atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
 - ii) constituição de outras reservas previstas em lei;
 - iii) atribuição aos acionistas, em cada exercício, de um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei e ainda ajustado pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da Reserva de Ativos Biológicos (incisos v), vi) e vii) e da realização da conta de "Ajustes de Avaliação Patrimonial", observada a prioridade prevista para as ações preferenciais;
 - iv) formação de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, acréscimos de capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamentos de capital, podendo seu saldo ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, quando autorizadas na forma prevista neste estatuto, ou para incorporação ao capital social.
 - v) formação, em cada exercício social, da Reserva de Ativos Biológicos, pela destinação do resultado do período pelo que estiver nele contido, líquido dos efeitos tributários, de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos próprios e de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos de controladas contida no resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela controladora. O valor a ser utilizado para a constituição da Reserva de Ativos Biológicos será limitado ao saldo da conta "Lucros ou Prejuízos Acumulados" após a



constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar.

- vi) no caso de despesas por redução do valor justo de ativos biológicos (próprios e de controladas incluídas no resultado de equivalência patrimonial) contidas no resultado do exercício, o respectivo valor, líquido dos efeitos tributários, será revertido da Reserva de Ativos Biológicos para “Lucros ou Prejuízos Acumulados”.
 - vii) a realização da Reserva de Ativos Biológicos corresponderá ao valor da exaustão do valor justo dos ativos biológicos (próprios e de controladas incluídas no resultado de equivalência patrimonial) apurada no resultado de cada exercício, líquido dos efeitos tributários. A realização dos saldos de resultados existentes na Reserva de Ativos Biológicos provocará a reversão dos respectivos valores para “Lucros ou Prejuízos Acumulados,” para destinação.
 - viii) a Reserva de Ativos Biológicos não poderá exceder o valor do capital social.
 - ix) no caso de prejuízo no exercício, e se após as realizações e reversões tratadas nos incisos vi) e vii) acima permanecer saldo negativo em “Lucros ou Prejuízos Acumulados”, serão utilizados saldos das reservas de lucro para compensar tal saldo negativo na forma da lei, sendo a Reserva de Ativos Biológicos a penúltima a ser utilizada para esse fim e a Reserva Legal a última. Permanecendo saldo negativo, Reservas de Capital poderão ser utilizadas para esse fim.
 - c) A Assembléia Geral decidirá sobre o destino a ser dado ao eventual saldo do lucro líquido apurado no exercício.
- § 1º - A Administração da sociedade, observadas as prescrições legais, poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, bem como declarar, "ad referendum" da Assembléia Geral, dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço.
- § 2º - A Assembléia Geral poderá determinar a distribuição aos administradores da sociedade de uma participação no lucro líquido não superior à metade da respectiva remuneração anual, nem superior a 0,1 (um décimo) dos lucros, adotado o valor menor.
- § 3º - O pagamento de dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, será realizado no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente Sim. Não há retenção de dividendo obrigatório.

c) Informar o montante eventualmente retido n/a

11. Retenção de dividendo obrigatório n/a

12. Destinação de resultado para reserva de contingências n/a

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar n/a

14. Destinações para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Reserva de Ativos Biológicos

Art. 29 Estatuto Social - formação, em cada exercício social, da Reserva de Ativos Biológicos, pela destinação do resultado do período pelo que estiver nele contido, líquido dos efeitos tributários, de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos próprios e de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos de controladas contida no resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela controladora. O valor a ser utilizado para a constituição da Reserva de Ativos Biológicos será limitado ao saldo da conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados” após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar.

Reserva para Investimento e Capital de Giro

Art. 29 Estatuto Social - formação de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, acréscimos de capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamentos de capital, podendo seu saldo ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, quando autorizadas na forma prevista neste estatuto, ou para incorporação ao capital social.

b. Identificar o montante destinado às reservas

Constituição de Reserva de Ativos Biológicos (Próprios) R\$ 79.439.580,00
Constituição de Reserva de Ativos Biológicos (Controladas) R\$ 553.810.383,82
Constituição de Reserva para Investimento e Capital de Giro R\$ 1.471.839.462,95

c. Descrever como o montante foi calculado

a) Lucro Líquido do exercício R\$ 2.481.945.571,61
b) Realização de Reserva de Ativos Biológicos (Próprios) (+) R\$ 341.116.380,00
c) Realização de Custo Atribuído Imobilizado (+) R\$ 5.342.128,64
d) Constituição de Reserva Legal (5% do lucro líquido)..... (-) R\$ 124.097.278,58
e) Constituição de Reserva de Ativos Biológicos (Próprios) (*) (-) R\$ 79.439.580,00
f) Constituição de Reserva de Ativos Biológicos (Controladas) ()..... (-) R\$ 553.810.383,82**
g) Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais..... (-) R\$ 44.601.313,89
Lucro Base para cálculo do Dividendo Mínimo Obrigatório (conforme Estatuto) R\$ 2.026.455.523,96
Dividendo Mínimo Obrigatório Calculado conforme Estatuto (25%) R\$ 506.613.880,99
h) Constituição de Reserva para Investimento e Capital de Giro (59%).....R\$ 1.471.839.462,95

(*) O valor indicado no item (e) foi verificado em razão da receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos próprios, na forma das normas contábeis aplicáveis, conforme artigo 29 do estatuto social da Companhia.

(**) O valor indicado no item (f) acima foi verificado em razão da receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos de controladas contida no resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela controladora, na forma das normas contábeis aplicáveis, conforme artigo 29 do estatuto social da Companhia.

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital n/a

16. Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a) Informar o montante destinado a reserva R\$ 44.601.313,89

b) Explicar a natureza da destinação: composto por efeitos de incentivos fiscais aos quais a Companhia se utiliza que impactam o resultado do exercício e devem ser expurgados da base de distribuição de dividendos por requerimentos legais.

Índice

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	1
10.2 - Resultado operacional e financeiro	18
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	23
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	25
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	28
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	29
10.8 - Plano de Negócios	30
10.9 - Outros fatores com influência relevante	33

12. Assembleia e administração

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	34
12.7/8 - Composição dos comitês	42
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	44
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	48

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	73
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	76
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	80
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	82
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	84
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	85
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	86
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	87
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	88
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	89

Índice

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	90
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	91
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	92
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	93
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	94
13.16 - Outras informações relevantes	95

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para continuidade e desenvolvimento de suas operações.

As receitas provêm de vendas para o mercado interno e externo de papéis e cartões para embalagens, caixas de papelão, sacos de papel e madeira para serrarias.

A diretoria mantém estratégia financeira focada na manutenção de elevada posição disponível em caixa e alongado perfil da dívida.

Na tabela abaixo são apresentados alguns itens que melhor demonstram as condições financeiras e patrimoniais da Companhia:

Índices	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Liquidez corrente	2,40	2,74	2,51
Liquidez geral	0,54	0,48	0,61
Dívida líquida/ EBITDA Ajustado	5,2	6,3	3,0
EBITDA Ajustado/ Ativo total	7,80%	7,52%	8,11%
Lucro líquido/ Patrimônio Líquido	34,96%	-23,41%	10,35%

Nos três exercícios demonstrados acima, o Ativo Circulante foi superior ao Passivo Circulante em R\$ 5.816 milhões, R\$ 5.513 milhões e R\$ 5.381 milhões, em 2016, 2015 e 2014 respectivamente, representando índices de liquidez corrente de 2,40 ao final de 2016, 2,74 ao final de 2015 e 2,51 ao final de 2014, sendo também positivos quanto ao índice de liquidez geral nos três exercícios em questão, correspondentes a 0,54, 0,48 e 0,61, respectivamente.

Destaca-se em relação as posições mencionados acima a evolução consistente na geração operacional de caixa e a manutenção de uma política de sólida posição de caixa. Adicionalmente, por conta do projeto de expansão de celulose ("Projeto Puma") houve incremento no endividamento para *funding* dos gastos realizados ao longo do projeto. A nova unidade de celulose foi finalizada em março de 2016, incluindo a curva de aprendizado do projeto (*ramp up*) ao longo de 2016, desta forma alguns indicadores, tais como aqueles relacionados à EBITDA Ajustado, ainda não refletem os resultados de um período completo de operação.

A relação dívida líquida/ EBITDA Ajustado foi impactada pelos desembolsos relacionados ao Projeto Puma, principalmente no comparativo entre 2014 e 2015. Adicionalmente destaca-se neste comparativo o efeito câmbio sobre o endividamento em dólar decorrente do aumento do dólar frente ao real de 47% em 2015. Para 2016 a relação apresenta uma queda relacionada ao fim dos desembolsos do Projeto Puma e início das operações da planta de celulose impactado a geração operacional de caixa, além de desvalorização de dólar sobre real de 17% sobre a dívida em dólar.

O índice de EBITDA/ ativo total apresentou queda no período comparativo de 2014 e 2015, mesmo com crescimento consistente do EBITDA Ajustado gerado pela Companhia devido ao aumento no imobilizado por conta dos projetos de expansão ainda em andamento, como o Projeto Puma. Em 2016 com o início das operações do Puma no mês de março, consequentemente incremento do EBITDA o número aumenta em relação a 2015.

Para demonstração dos índices, a Companhia opta por utilizar o EBITDA Ajustado ao invés do lucro

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

líquido, pois exclui os efeitos cambiais e variação de valor justo dos ativos biológicos, presentes de forma relevante nos demonstrativos de resultado.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Endividamento (R\$ mil)	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Curto prazo	2.838.109	2.046.116	1.754.989
Longo prazo	15.630.438	15.975.614	9.230.583
Endividamento bruto	18.468.547	18.021.730	10.985.572
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(6.464.023)	(5.610.866)	(5.743.437)
Endividamento líquido	12.004.524	12.410.864	5.242.135
Patrimônio líquido	7.100.336	5.352.340	7.058.324

O capital de terceiros da Companhia é composto pelos financiamentos captados no mercado, substancialmente para o desenvolvimento de seu ativo imobilizado e alongamento de perfil de dívida. O capital próprio é constituído das ações da Companhia representando o capital de seus acionistas e debêntures mandatárias conversíveis em ações emitidas.

Com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta um percentual de 24% de Capital Próprio sobre o Ativo Total e 76% do Capital de Terceiros sobre o Ativo Total.

O endividamento líquido de 2015 foi fortemente impactado pela valorização do dólar americano em 47% ao longo do ano, impactando o saldo de sua dívida em moeda estrangeira correspondente a 69% do total, além das captações para o *funding* do Projeto Puma e dos desembolsos relacionados ao mesmo equivalentes a R\$ 4,1 bilhões no ano. Para 2016 os desembolsos foram feitos em menor volume e o efeito do câmbio foi contrário com valorização do real de 17%.

Em 2014 o aumento no endividamento líquido foi impulsionado por conta dos desembolsos relacionados aos projetos de investimento realizados pela Companhia, com destaque ao projeto Puma, além do impacto da depreciação do real frente ao dólar em 13% sobre a dívida em moeda estrangeira, equivalente a 62% do endividamento. Adicionalmente, destaca-se no período a emissão de debêntures e *Bonds*.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia, além das previstas na legislação societária.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia apresenta liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação será mantida, em decorrência da possibilidade de não concretização de sua projeção orçamentária.

Caso seja necessário contrair financiamentos para investimentos de novos projetos e aquisições, a Companhia entende ter capacidade para contratá-los. O caixa da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é suficiente para amortizar aproximadamente 30 meses de seu endividamento financeiro a vencer.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Para financiamento de capital de giro contrata linhas de longo prazo de pré-pagamentos de exportação. Para grandes projetos a Companhia utiliza-se de linhas de financiamento pelo BNDES e agências multinacionais de importação ou a emissão de ações ou títulos nelas conversíveis ou não.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem enfrentado situação de deficiência de liquidez. Para novos investimentos em projetos de expansão, utilizará sua geração livre de caixa e a mesma estratégia de captação adotada atualmente, salvo se houver, à época, linhas de financiamento mais atrativas.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela a seguir demonstra a evolução do nosso endividamento consolidado nas respectivas datas:

(R\$ mil)	Juros Anuais %	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Em moeda nacional				
. BNDES - Projeto MA1100	TJLP + 2,0 e cesta(*) + 1,5	425	41.454	335.061
. BNDES - Projeto Puma	6,0 a TJLP + 2,48	2.116.142	1.738.796	202.276
. BNDES - Outros	TJLP + 4,82 e cesta(i) + 2,06	697.708	603.902	824.437
. BNDES - FINAME	2,5 a 10,28	312.988	420.193	387.387
. Notas de crédito à exportação	CDI	1.021.915	1.181.179	817.799
. Outros	1,0 a 6,8	111.819	228.688	219.372
(-) Comissões		(9.177)	(38.971)	-
		4.251.820	4.175.241	2.786.332
Em moeda estrangeira (*)				
. BNDES - Projeto Puma	USD + 6,6	1.223.715	1.004.600	183.243
. BNDES – Outros	USD + 1,71 a 6,7	305.183	335.049	222.275
. Pré pagamentos exportação	USD + Libor 6M + 1,7 a 6,4	6.660.488	5.840.506	3.792.639
. Notas de crédito à exportação	USD + 2,0 a 8,0	1.338.248	1.996.624	1.281.572
BID	USD + Libor 6M + 1,4 a 1,78	854.423	-	-
Finnvera	USD + Libor 6M + 1 a 3,4	1.164.654	1.175.121	-
. Outros	USD + 1,9	40.749	144.392	14.183
. Bonds (Notes)	USD + 5,2	1.668.530	1.999.190	1.359.864
(-) Comissões		(148.799)	(119.482)	-
		13.107.191	12.376.000	6.853.776
Total Financiamentos		17.359.011	16.551.241	9.640.108
. Debêntures 6ª emissão	USD + 8,0	367.179	504.321	547.442
. Debêntures 7ª emissão	IPCA + 2,5 a 7,5	742.357	966.168	798.022
Total Endividamento		18.468.547	18.021.730	10.985.572
Curto prazo		2.838.109	2.046.116	1.754.989
Longo prazo		15.630.438	15.975.614	9.230.583
		18.468.547	18.021.730	10.985.572
(*) Em dólares norte-americanos				

O quadro abaixo demonstra o cronograma de vencimento dos financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2016:

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Valor	2.593.029	2.258.600	2.434.800	2.402.700	2.444.800	1.921.600	963.700	2.339.782	17.359.011

O vencimento das debêntures não está considerado por conta da possibilidade de conversão em ações de parte do saldo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 43 meses ao final de 2016, sendo de 39 meses para as operações em moeda nacional e 46 para as operações em moeda estrangeira.

Adicionalmente, a Companhia não possui quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras, com exceção daquelas registradas e divulgadas nas demonstrações financeiras e, não existem subordinações entre as dívidas.

Garantias

Os financiamentos junto ao BNDES são garantidos por terrenos, edifícios, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações das fábricas de Otacílio Costa – SC, Telêmaco Borba – PR e Ortigueira - PR, objeto dos respectivos financiamentos, além de depósitos em garantia, bem como por avais dos acionistas controladores Klabin Irmãos & Cia.

O financiamento junto ao Finnvera é garantido pelas plantas industriais de Angatuba – SP, Lages – SC, Piracicaba – SP, Betim - MG e Goiana – PE.

O financiamento junto ao BID é garantido pelas plantas industriais de Correa Pinto - SC, Jundiá/Distrito Industrial – SP e Jundiá/Tijucu Preto – SP.

Os empréstimos de crédito de exportação, pré-pagamentos de exportações e capital de giro não possuem garantias reais.

Cláusulas restritivas de contratos

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer contratos de financiamentos mantidos na data das referidas demonstrações financeiras, dos quais contém cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contratadas ou torne automaticamente exigível o pagamento da dívida.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui junto o BNDES limites disponibilizados para utilização já aprovados para o financiamento do Projeto Puma, sendo captados até esta data 99% do montante pactuado, além de operações junto ao BID 13% de disponibilidade do saldo já contratado.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas a seguir refletem a correta apresentação da posição patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia para os referidos exercícios.

Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os quadros abaixo apresentam os balanços patrimoniais e demonstrações do resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e de 2014.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM (em R\$ mil)

	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014		VARIAÇÕES - AH (2)	
	AV (1)		AV (1)		AV (1)		31/12/2016 e 31/12/2015	31/12/2015 e 31/12/2014
Receita líquida de vendas	7.090.798	100%	5.687.589	100%	4.893.882	100%	25%	16%
Varição do valor justo dos ativos biológicos	532.911	8%	536.113	9%	924.104	19%	-1%	-42%
Custo dos produtos vendidos	(5.227.023)	-74%	(3.981.502)	-70%	(3.573.609)	-73%	31%	11%
Lucro bruto	<u>2.396.686</u>	34%	<u>2.242.200</u>	39%	<u>2.244.377</u>	46%	7%	0%
Despesas/ receitas operacionais								
Vendas	(586.075)	-8%	(428.902)	-8%	(379.726)	-8%	37%	13%
Gerais e administrativas	(466.493)	-7%	(338.013)	-6%	(298.350)	-6%	38%	13%
Outras, líquidas	4.707	0%	(13.104)	0%	84.785	2%	-136%	-115%
	<u>(1.047.861)</u>	-15%	<u>(780.019)</u>	-14%	<u>(593.291)</u>	-12%	34%	31%
Resultado de equivalência patrimonial	49.321		29.641		48.649		66%	-39%
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	1.398.146	20%	1.491.822	26%	1.699.735	35%	-6%	-12%
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	878.945	12%	581.899	10%	535.338	11%	51%	9%
Despesas financeiras	(1.231.088)	-17%	(847.499)	-15%	(654.930)	-13%	45%	29%
Varição cambial	2.168.932	31%	(3.174.030)	-56%	(526.520)	-11%	-168%	503%
	<u>1.816.789</u>	26%	<u>(3.439.630)</u>	-60%	<u>(646.112)</u>	-13%	-153%	432%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	3.214.935	45%	(1.947.808)	-34%	1.053.623	22%	265%	-285%
Imposto de renda e contribuição social								
. Corrente	(190.023)	-3%	(30.210)	-1%	154.171	3%	-529%	-120%
. Diferido	(542.966)	-8%	724.821	13%	(477.464)	-10%	-175%	-252%
	<u>(732.989)</u>	-10%	<u>694.611</u>	12%	<u>(323.293)</u>	-7%	-206%	-315%
Resultado líquido do exercício	<u>2.481.946</u>	35%	<u>(1.253.197)</u>	-22%	<u>730.330</u>	15%	298%	-272%
AV (1) Análise Vertical								
AV (2) Análise Horizontal								

BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$ mil)

	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014		VARIAÇÕES - AH (2)	
	AV (1)		AV (1)		AV (1)		31/12/2016 e 31/12/2015	31/12/2015 e 31/12/2014
A T I V O								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	5.872.720	20%	5.053.723	19%	5.245.833	25%	16%	-4%
Títulos e valores mobiliários	591.303	2%	557.143	2%	497.604	2%	6%	12%
Contas a receber de clientes	1.625.380	6%	1.501.099	6%	1.148.676	5%	8%	31%
Estoque	876.915	3%	701.126	3%	563.709	3%	25%	24%
Tributos a recuperar	803.355	3%	736.501	3%	331.968	2%	9%	122%
Outros ativos	190.362	1%	126.152	0%	111.886	1%	51%	13%
Total do ativo circulante	<u>9.960.035</u>	34%	<u>8.675.744</u>	33%	<u>7.899.676</u>	37%	15%	10%
Não circulante								
Depósitos judiciais	85.704	0%	77.391	0%	84.689	0%	11%	-9%
Tributos a recuperar	1.554.672	5%	1.159.638	4%	428.884	2%	34%	170%
Outros ativos	385.706	1%	219.820	1%	236.050	1%	75%	-7%
Investimentos								
. Participações em controladas	544.401	2%	495.839	2%	483.205	2%	10%	3%
. Outros	10.944	0%	11.436	0%	11.542	0%	-4%	-1%
Imobilizado	12.995.407	44%	12.009.146	46%	8.351.387	39%	8%	44%
Ativos biológicos	3.656.596	12%	3.606.389	14%	3.667.085	17%	1%	-2%
Intangíveis	120.264	0%	12.777	0%	11.337	0%	841%	13%
Total do ativo não circulante	<u>19.353.694</u>	66%	<u>17.592.436</u>	67%	<u>13.274.179</u>	63%	10%	33%
Total do ativo	<u>29.313.729</u>	100%	<u>26.268.180</u>	100%	<u>21.173.855</u>	100%	12%	24%
AV (1) Análise Vertical								
AV (2) Análise Horizontal								

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$ mil)								
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014		VARIÇÕES - AH ₍₂₎	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	AV ₍₁₎		AV ₍₁₎		AV ₍₁₎		31/12/2016 e 31/12/2015	31/12/2015 e 31/12/2014
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	2.593.029	9%	1.716.306	7%	1.479.788	7%	51%	16%
Debêntures	245.080	1%	329.810	1%	275.201	1%	-26%	100%
Fornecedores	634.856	2%	702.199	3%	438.864	2%	-10%	60%
Obrigações fiscais	53.643	0%	45.400	0%	55.137	0%	18%	-18%
Obrigações sociais e trabalhistas	257.712	1%	195.349	1%	139.879	1%	32%	40%
Dividendos a pagar	180.000	1%	-	0%	-	-	0%	0%
Adesão - REFIS	66.884	0%	61.772	0%	50.400	0%	1%	40%
Outras contas a pagar e provisões	112.460	14%	106.959	12%	76.037	0%	31%	26%
Total do passivo circulante	4.143.664		3.162.295	7%	2.518.873	12%	51%	16%
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	14.765.982	50%	14.834.935	56%	8.160.320	39%	0%	82%
Debêntures	864.456	3%	1.140.679	4%	1.070.263	5%	-24%	100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.476.866	5%	954.269	4%	1.699.823	8%	55%	-44%
Provisões fiscais, previd., trabalhistas e cíveis	70.483	0%	65.796	0%	80.642	0%	7%	-18%
Contas a pagar - investidores SCPs	229.315	1%	143.116	1%	131.526	1%	60%	9%
Adesão - REFIS	340.364	1%	361.240	1%	384.607	2%	-6%	-6%
Outras contas a pagar e provisões	322.263	1%	253.510	1%	69.477	0%	27%	265%
Total do passivo não circulante	18.069.729	62%	17.753.545	68%	11.596.658	55%	2%	53%
Patrimônio líquido								
Capital social	2.384.484	8%	2.383.104	9%	2.271.500	11%	0%	5%
Reservas de capital	1.301.907	4%	1.293.962	5%	1.295.919	6%	1%	n/a
Reserva de reavaliação	48.705	0%	48.705	0%	48.767	0%	0%	0%
Reservas de lucros	2.543.084	9%	748.162	3%	2.534.303	12%	240%	-70%
Ajustes de avaliação patrimonial	1.028.238	4%	1.064.181	4%	1.065.446	5%	-3%	0%
Ações em tesouraria	(206.082)	-1%	(185.774)	-1%	(157.611)	-1%	11%	18%
Total do patrimônio líquido	7.100.336	24%	5.352.340	20%	7.058.324	33%	33%	-24%
Total do passivo e patrimônio líquido	29.313.729	100%	26.268.180	100%	21.173.855	100%	12%	24%
AV ₍₁₎ Análise Vertical								
AV ₍₂₎ Análise Horizontal								

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS APURADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Receita líquida de vendas

A receita operacional líquida de vendas para o exercício de 2016 foi de R\$ 7.091 milhões, com aumento de 25% em relação ao exercício de 2015. Destaca-se em 2016 o início da operação do Projeto Puma em março de 2016 possibilitando a venda de celulose nos mercados internos e externo com receita líquida do montante de R\$ 1.252 milhões em 2016.

O volume de vendas (excluindo madeira) totalizou 2.650 toneladas, superior em 45% no mesmo comparativo, também impactado pelo volume de celulose comercializado em 2016 de 797 mil toneladas. Do volume decorrente da operação de celulose, destaca-se o direcionamento do produto em sua maior parte para mercados externos, fazendo com que as exportações correspondam a 50% das vendas em 2016, frente 34% em 2015.

Dado o alto volume de exportações da Companhia, os efeitos de variação cambial de real frente ao dólar impactam os valores apurados nas vendas ao longo do exercício. O dólar médio de 2015 foi R\$ 3,48, contra R\$ 3,34 em 2015, favorecendo as exportações em 2016 no comparativo ao ano anterior.

Variação do valor justo dos ativos biológicos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A variação do valor justo dos ativos biológicos em 2016 corresponde a um ganho de R\$ 533 milhões, impactada positivamente por conta do aumento nos preços praticados na avaliação, passando da média de R\$ 57/m³ ao final de 2015 para R\$ 59/m³ ao final de 2016, além do crescimento de suas florestas.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2016 foi de R\$ 5.227 milhões, superior ao montante auferido em 2015 por conta do início da operação de celulose, com a comercialização de 797 mil toneladas. O melhor indicador para avaliação do custeio neste caso onde os volumes não são comparáveis é a análise do custo caixa unitário R\$/ton, onde o índice apresentou o valor de R\$1.830/t em 2016, este 11% inferior ao valor de 2015, relacionado, além de maior diluição de custos com aumento de volume, um custo menor de produção da celulose. Adicionalmente, em 2016 os custos de celulose foram afetados pelo início de operação do projeto e apresentam índices superiores aqueles esperados em condições normais.

A exaustão dos ativos biológicos é mantida dentro do saldo de custo de produtos vendidos, sendo de R\$ 560 milhões em 2016, estável com relação a 2015.

Despesas/ receitas operacionais:

- Vendas

As despesas com vendas em 2016 foram de R\$ 586 milhões, representando 8% em relação a receita líquida de vendas no exercício, mesmo percentual verificado em 2015, mantendo-se estável mesmo com o crescimento das receitas auferidos no exercício. As despesas com fretes correspondem a 57% do total em 2016, inferior ao percentual de 61% auferido em 2015.

- Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 466 milhões em 2016, apresentando aumento de 38% em relação a 2015, com destaque para o aumento com gastos com pessoal por conta do incremento no quadro de funcionários (18.514 pessoas em 2016 contra 16.465 em 2015), dissídios de acordos coletivo cedido aos colaboradores e fim da exoneração de INSS sobre folha de pagamento. O percentual sobre a receita líquida passou de 6% em 2015 para 7% em 2016.

Resultado financeiro

A receita financeira apurada no exercício de 2016 foi de R\$ 879 milhões, apresentando aumento frente aos R\$ 582 milhões registrados em 2015, impactados por conta do aumento no nível de caixa médio aplicado mantido durante o exercício de 2016.

A despesa financeira foi de R\$ 1.231 milhões no exercício de 2016, contra R\$ 847 milhões em 2015. Além do aumento de R\$ 1,1 bilhão no endividamento bruto decorrente das capitalizações do projeto Puma, destaca-se na variação o fim da capitalização de juros ao imobilizado com efeito de juros a maior de R\$ 180 milhões em 2016.

A variação cambial líquida no exercício de 2016 apresentou um ganho de R\$ 2.169 milhões, contra uma perda de R\$ 3.174 milhões em 2015, refletindo os impactos da variação do dólar americano sobre o real no endividamento em dólar, composto em sua maior parte de operações de pré-pagamento de exportação e operações de *funding* do Projeto Puma. Para 2016 o câmbio encerrou o exercício em R\$ 3,26, com desvalorização de 17% no comparativo em 2015, onde o efeito foi contrário, apresentando valorização cambial de 47% naquele exercício. O efeito é puramente contábil, sem efeito no caixa da Companhia no curto prazo, visto que o nível de exportações realizadas em dólar é superior ao fluxo dos pagamentos em moeda estrangeira.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Para o exercício de 2016 a Companhia fez a adoção do regime de caixa para fins de variação cambial, de forma que os efeitos registrados no resultado financeiro, contabilizados por regime de competência, são considerados na base de imposto corrente somente quando realizado, enquanto não, são tratados como imposto diferido.

Em 2016 foi registrado um montante de R\$ 190 milhões de imposto corrente e R\$ 543 milhões de imposto diferido.

Resultado líquido

O resultado líquido auferido pela Companhia em 2016 corresponde a um lucro de R\$ 2.482 milhões no exercício de 2016 decorrente da valorização do real frente ao dólar e geração operacional de caixa.

LAJIDA (EBITDA) Ajustado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
(=) Lucro (prejuízo) líquido do período	2.481.946	(1.253.197)
(+) Imposto de renda e contribuição social	732.989	(694.611)
(+/-) Resultado financeiro líquido	(1.816.789)	3.439.630
(+) Amortização, depreciação e exaustão no resultado	<u>1.423.112</u>	<u>998.727</u>
LAJIDA (EBITDA)	2.821.258	2.490.549
Ajustes conf. Inst. CVM 527/12		
(+/-) Variação do valor justo dos ativos biológicos (i)	(532.911)	(536.113)
(+/-) Equivalência patrimonial (ii)	(49.321)	(29.641)
(+) Realização de custo atribuído imobilizado - terras (iii)	8.094	8.430
(+/-) LAJIDA (EBITDA) de controlada em conjunto (ii)	<u>40.300</u>	<u>42.007</u>
LAJIDA (EBITDA) - ajustado	2.287.420	1.975.232

A geração operacional de caixa (LAJIDA/ EBITDA Ajustado) da Companhia em 2016 foi de R\$ 2.287 milhões, contra R\$ 1.975 milhões em 2015, um crescimento de 16%. A margem EBITDA Ajustado foi de 32% em 2016, contra 34% em 2015.

Destaca-se no aumento é o início das operações de venda de celulose.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS APURADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Receita líquida de vendas

A receita operacional líquida de vendas para o exercício de 2015 foi de R\$ 5.688 milhões, com aumento de 16% em relação ao exercício de 2014. O volume de vendas foi superior em 3% no mesmo comparativo, sendo redução de 2% nas vendas do mercado interno e aumento de 15% nas exportações, substancialmente por conta dos investimentos realizados pela Companhia na expansão de suas atividades. Mesmo com aumento no volume o maior fator responsável pelo incremento na receita auferida refere-se ao dólar médio 42% superior ao de 2014, impactando diretamente sobre as exportações realizadas pela Companhia, correspondentes a 34% de seu volume em 2015, ante 31% no exercício de 2014.

Variação do valor justo dos ativos biológicos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A variação do valor justo dos ativos biológicos em 2015 corresponde a um ganho de R\$ 536 milhões, impactada positivamente por conta do aumento nos preços praticados na avaliação, passando da média de R\$55/m³ ao final de 2014 para R\$57/ m³ ao final de 2015, além do crescimento de suas florestas. No comparativo a 2014, o valor foi inferior devido à revisão naquele exercício do plano de corte por conta do projeto de celulose, onde o mesmo foi ajustado prevendo o início da planta e consequentemente gerando maior variação de valor justo com a aproximação do plano de corte, com aumento no consumo interno.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2015 foi de R\$ 3.982 milhões, com aumento de 11% em relação a 2014, decorrente substancialmente do aumento no custo de energia elétrica comprada e químicos, além de maior volume de vendas. Adicionalmente destaca-se também a variação do custo de pessoal com aumento por conta do acordo coletivo anual de aproximadamente 10%. Diante do exposto, a variação apresentada ainda está em linha com a inflação registrada no ano, fruto dos esforços da Companhia em seus programas de redução de custos.

A exaustão dos ativos biológicos é mantida dentro do saldo de custo de produtos vendidos, sendo de R\$ 605 milhões em 2015, estável com relação a 2014, o qual registrou o montante de R\$ 610 milhões.

Despesas/ receitas operacionais:

- Vendas

As despesas com vendas em 2015 foram de R\$ 429 milhões, representando 8% em relação a receita líquida de vendas no exercício, mesmo percentual verificado em 2014, mantendo-se estável mesmo com o crescimento das receitas auferido no exercício. As despesas com fretes correspondem a 61% do total em 2015, em linha com o percentual de 62% auferido em 2014.

- Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 338 milhões em 2015, apresentando aumento de 13% em relação a 2014, com destaque para o aumento com gastos com pessoal por conta de maior parcela desembolsada em participação de lucros e acordo coletivo anual de 10%, além do aumento no quadro de funcionários visando a estrutura que irá atender as operações do Projeto Puma e gastos extraordinários com indenizações. O percentual sobre a receita líquida manteve-se em 6% nos períodos em comparação.

- Outras, líquidas

No exercício de 2015 foi auferido o montante de R\$ 13 milhões de perda, enquanto 2014 registrou ganho de R\$ 85 milhões. No ano de 2014 a Companhia alienou ativos, substancialmente correspondentes a terras.

Resultado financeiro

A receita financeira apurada no exercício de 2015 foi de R\$ 582 milhões, apresentando aumento frente aos R\$ 535 milhões registrados em 2014, impactados por conta do aumento no nível de caixa médio aplicado mantido durante o exercício de 2015 e aumento das taxas de juros brasileiras nos períodos comparativos. Destaca-se também em 2016 o ganho financeiro de processo tributário de IPI transitado em julgado.

A despesa financeira foi de R\$ 847 milhões no exercício de 2015, contra R\$ 655 milhões em 2014. Destaca-se o aumento no endividamento bruto por conta das captações necessárias para fazer frente aos projetos de investimento em andamento, além do incremento nos juros por conta da elevação da dívida

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

em moeda estrangeira, correspondente a 69% do total ao final de 2015, impactado pela desvalorização do real frente ao dólar americano.

A variação cambial líquida no exercício de 2015 apresentou uma despesa de R\$ 3.174 milhões, contra R\$527 milhões em 2014, refletindo os impactos da valorização do dólar americano sobre o real, tanto em 2015 quanto em 2014, em 47% e 13% respectivamente, sobre os saldos em moeda estrangeira mantidos pela Companhia, principalmente composto por empréstimos e financiamentos, substancialmente operações de pré-pagamento de exportação. O efeito é puramente contábil, sem efeito no caixa da Companhia no curto prazo, visto que o nível de exportações realizadas em dólar é superior ao fluxo dos pagamentos em moeda estrangeira.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda registrado no resultado de 2015 está impactado por conta do prejuízo auferido no período pelos efeitos de variação cambial já mencionado acima, com a constituição de imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa.

O débito de imposto corrente foi de R\$ 30 milhões sobre o resultado de 2015, assim como o imposto diferido foi um crédito de R\$ 725 milhões.

Resultado líquido

O resultado líquido auferido pela Companhia em 2015 corresponde a um prejuízo de R\$ 1.253 milhões no exercício de 2015 decorrente da desvalorização do real frente ao dólar.

EBITDA Ajustado

A geração operacional de caixa (EBITDA Ajustado) da Companhia em 2015 foi de R\$1.975 milhões, contra R\$1.718 milhões em 2014, um crescimento de 15%. A margem foi de 34% em 2015, contra 35% em 2014.

Esse aumento foi possível dada a flexibilidade da Companhia na colocação de produtos no mercado externo, aproveitando-se da valorização do dólar, favorecendo suas exportações, as quais passaram de 31% do volume em 2014 para 34% em 2015, além do aumento de 3% no volume vendido, possibilitado após os investimentos de expansão de capacidade realizados.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia apresentou saldo de R\$ 6.464 milhões de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ao final de 2016, representando 22% do total do ativo, aumento de R\$ 853 milhões em relação ao apresentado ao final de 2015 (R\$ 5.611 milhões), impactado pelo aumento na geração operacional de caixa com o início das vendas de celulose em 2016.

Adicionalmente o saldo de 2015 foi fortemente impactado pelos desembolsos relacionados ao investimento no Projeto Puma, equivalentes a R\$ 4.053 milhões em 2015, enquanto em 2016 houve o desembolso de R\$ 1.707 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes soma R\$1.625 milhões em 31 de dezembro de 2016, aumento de 8% ao saldo apresentado em 31 de dezembro de 2015, correspondente a R\$ 1.501 milhões. O aumento é dado substancialmente ao incremento na receita de vendas por conta do incremento nas vendas de celulose e exportações. Destaca-se as operações de desconto de recebíveis sem direito de regresso para as vendas de celulose, reduzindo os prazos de recebimento.

O prazo médio de recebimento foi de 78 dias para vendas realizadas no mercado interno em 2015 e para as vendas realizadas no mercado externo foram de 135 dias.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentou saldo de R\$ 877 milhões de estoques, sendo 25% superior ao apresentado ao final de 2015. O aumento é decorrente do início das operações de produção e comercialização de celulose. Nos períodos comparativos o saldo manteve-se estável em relação ao total do ativo, correspondente a 3%.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar no ativo circulante foi de R\$ 803 milhões em 31 de dezembro de 2016, contra R\$ 737 milhões apresentado no encerramento de 2015. O aumento foi substancialmente impactado pelos créditos de imposto gerados na aquisição dos ativos relacionados ao investimento no Projeto Puma.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar no ativo não circulante foi de R\$ 1.555 milhões em 31 de dezembro de 2016, superior ao saldo de R\$ 1.160 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2015. O saldo foi incrementado mediante os créditos de imposto gerados na aquisição de ativos relacionados ao Projeto Puma e créditos de IPI mediante decisão favorável em processo tributário transitado em julgado.

Participações em controladas

O saldo de participações em controladas de R\$ 544 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$ R\$ 496 milhões em 31 de dezembro de 2015 corresponde a controlada em conjunto Vale do Corisco, reconhecida pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações consolidadas da Companhia por tratar-se de uma *joint venture*, com participação da Companhia de 51%. O aumento no saldo refere-se ao resultado auferido pela controlada em 2016.

Imobilizado

O saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 12.995 milhões, equivalente a 44% do total do ativo, contra R\$ 12.009 milhões em 31 de dezembro de 2014. A variação no saldo é relativa à construção da nova planta de celulose no estado do Paraná (Projeto Puma), a qual teve início de suas operações em março de 2016, sendo gastos em 2016 o montante de R\$ 1.707 milhões na finalização do projeto.

Destaca-se em 2016 a aquisição de ativos industriais da Hevi Embalagens como criação de filial de papelão ondulado em Manaus (AM) e a aquisição da empresa Embalplan S.A. com criação de nova filial de papelão ondulado em Rio Negro (PR). Os investimentos totalizaram o montante de aproximadamente

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$ 185 milhões.

Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia avaliados ao valor justo correspondem a R\$ 3.657 milhões em 31 de dezembro de 2016, equivalentes a 12% do total do ativo e R\$ 3.606 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando 14% do total do ativo. A variação do valor justo em 2016 de R\$ 533 milhões foi substancialmente compensada pela exaustão do valor justo do período de R\$ 560 milhões, além do destaque para a aquisição de novas florestas em 2016 no montante de R\$ 81 milhões.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de fornecedores corresponde a R\$ 635 milhões, inferior em 10% comparativo ao saldo de R\$ 702 milhões apresentado em 2015. O saldo é impactado pela variação relacionada aos desembolsos para o investimento no Projeto Puma, restando a pagar aproximadamente R\$ 150 milhões a pagar para finalização do Projeto.

Adesão – REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Fiscal (“REFIS”) para quitação de Autos de Infração sofridos sobre o pagamento de imposto de renda e contribuição social por desinvestimentos realizados no exercício de 2003 e processo tributário de créditos de IPI sobre aparas, com liquidação prevista para 2019. O saldo, considerando a parcela do passivo circulante e não circulante, foi de R\$ 407 milhões ao final de 2016 contra R\$ 423 milhões ao final de 2015 por conta da quitação das parcelas mensais.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde a R\$2.593 milhões no passivo circulante e R\$ 14.766 milhões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016, contra R\$ 1.716 milhões no passivo circulante e R\$ 14.835 milhões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015, com aumento de 5% no período. O saldo dos empréstimos e financiamentos, considerando o montante no passivo circulante e não circulante, corresponde a 59% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, contra 63% em 31 de dezembro de 2015.

Durante o exercício de 2016 a Companhia pactuou novas captações relacionadas ao *funding* do Projeto Puma, além de firmar novas operações de crédito de exportação aproveitando-se de taxas atrativas disponíveis no mercado, totalizando o montante de R\$ 4.286 milhões captados no período. Em contra partida, foram amortizados principal e juros equivalentes a R\$ 2.123 milhões sobre as operações contratadas.

Adicionalmente destaca-se sobre o saldo, o efeito gerado pela desvalorização do dólar americano em relação ao real de 17% durante o exercício de 2016 sobre os financiamentos em moeda estrangeira, correspondentes a 71% do saldo total de financiamentos, acumulando em 2016 o equivalente a R\$ 2.346 milhões de variação cambial e monetária sobre o saldo.

Debêntures

Em janeiro de 2014 a Companhia efetuou a sua 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 1.700 milhões, sendo estas mandatoriamente conversíveis em ações. Por conta de sua característica de conversão, são

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

considerados instrumentos híbridos (compostos), sendo alocado ao passivo os juros a valor presente e o restante no patrimônio líquido, correspondente ao valor das ações a serem convertidas futuramente a valor presente. A operação tem prazo de 5 anos, com pagamento de juros semestrais.

Em junho de 2014 foi realizada a 7ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 800 milhões, em duas séries com características distintas, podendo a primeira ser convertida futuramente em ações, porém não de forma mandatória. O vencimento da operação será em 2020 para a primeira série e 2022 para a segunda, com pagamento de juros semestrais.

As debêntures foram emitidas para financiamento do Projeto Puma. O saldo de debêntures no passivo, considerando sua parcela de circulante e não circulante corresponde a R\$ 1.110 milhões, equivalentes a 4% do total do passivo em 31 de dezembro de 2016, contra um saldo de R\$ 1.470 milhões ao final de 2015. A redução do saldo é decorrente do pagamento de juros, principalmente relacionados à 7ª emissão com vencimento da carência de 2 anos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias, apresentados nos balanços patrimoniais líquidos entre ativos e passivos, correspondem a saldos passivos de R\$ 1.477 milhões, contra R\$ 954 milhões em 31 de dezembro de 2015.

A variação apresentada foi decorrente substancialmente dos efeitos da variação cambial diferida registrada em 2016 após a adoção do regime de variação cambial caixa para fins de imposto de renda e contribuição social.

As principais diferenças temporárias que a Companhia possui correspondem à avaliação ao valor justo dos ativos biológico, custo atribuído ao ativo imobilizado (terras), dos quais não terão efeito caixa quando realizado, além da variação cambial diferida e dos créditos sobre prejuízos e bases negativas acumuladas.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia apresentou saldo de R\$ 5.611 milhões de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ao final de 2015, representando 21% do total do ativo, estável em relação ao apresentado ao final de 2014 (R\$5.744 milhões), representando 27% do total do ativo.

Mesmo com os desembolsos relacionados ao investimento no Projeto Puma, equivalentes a R\$ 4.053 milhões em 2015, a Companhia manteve uma posição de caixa estável em relação ao ano anterior por conta da captação das operações que formam o *funding* do Projeto, aliado a forte e crescente geração operacional de caixa ao longo do exercício.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes soma R\$1.501 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumento de 31% ao saldo apresentado em 31 de dezembro de 2014, correspondente a R\$ 1.149 milhões. O aumento é dado substancialmente ao incremento na receita de vendas por conta das exportações realizadas e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

atualização do câmbio sobre o saldo a receber em moeda estrangeira, favorecido por conta da valorização do dólar em 2015.

O prazo médio de recebimento foi de 90 dias para vendas realizadas no mercado interno em 2015 e de 100 em 2014. Para as vendas realizadas no mercado externo foram de 120 dias em ambos os períodos.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentou saldo de R\$701 milhões de estoques, sendo 24% superior ao apresentado ao final de 2014, em função do aumento no preço dos insumos, principalmente químicos, fibras e aparas.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar no ativo circulante foi de R\$ 737 milhões em 31 de dezembro de 2015, contra R\$ 332 milhões apresentado no encerramento de 2014. O aumento foi substancialmente impactado pelos créditos de imposto gerados na aquisição dos ativos relacionados ao investimento no Projeto Puma.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar no ativo não circulante foi de R\$ 1.160 milhões em 31 de dezembro de 2015, superior ao saldo de R\$ 429 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2014. Por conta do projeto de investimento em nova planta de celulose (Projeto Puma) no estado do Paraná, foi concedida pelo Governo do Paraná uma subvenção governamental na forma de créditos de ICMS, dos quais são registrados no ativo mediante a evolução do projeto, o qual passou de 38% de avanço físico ao final de 2014 para 95% em 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente, o saldo é incrementado mediante os créditos de imposto gerados na aquisição de ativos relacionados ao Projeto.

Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de outros ativos foi de R\$ 220 milhões, composto pelas operações de fomento florestal, para o desenvolvimento da produção de madeira junto a pequenos agricultores, despesas antecipadas, tais como seguros e contas a receber sobre a venda de ativos.

Participações em controladas

O saldo de participações em controladas de R\$ 496 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ R\$ 483 milhões em 31 de dezembro de 2014 corresponde a controlada em conjunto Vale do Corisco, reconhecida pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações consolidadas da Companhia por tratar-se de uma *joint venture*, com participação da Companhia de 51%. O aumento no saldo refere-se ao resultado auferido pela controlada em 2015.

Imobilizado

O saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 12.009 milhões, equivalente a 46% do total do ativo, contra R\$ 8.351 milhões em 31 de dezembro de 2014, equivalente a 39% do total do ativo. A variação no saldo é relativa à construção da nova planta de celulose no estado do Paraná (Projeto Puma) previsto para início de operação em março de 2016, com orçamento bruto de R\$ 8,6 bilhões, sendo gastos em 2015 o montante de R\$ 4,1 bilhões, totalizando R\$ 6,7 bilhões já investidos ao longo do período de construção, apresentando 95% de avanço físico geral.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Durante a execução do projeto, a Companhia capitaliza juros de empréstimos e financiamentos utilizados no *funding* captado para sua viabilização. Em 2015 foram capitalizados ao imobilizado um montante de R\$ 309 milhões, totalizando R\$ 383 milhões capitalizados desde o início de sua execução.

Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia avaliados ao valor justo correspondem a R\$ 3.606 milhões em 31 de dezembro de 2015, equivalentes a 14% do total do ativo e R\$ 3.667 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando 17% do total do ativo. A variação do valor justo em 2015 de R\$ 536 milhões foi compensada pela exaustão do valor justo do período de R\$ 605 milhões, dessa forma ao saldo manteve-se estável no período.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de fornecedores corresponde a R\$ 702 milhões, com aumento de 60% em relação ao final de 2014, representando 3% do total do passivo. Além do aumento nos insumos por conta da pressão inflacionária, o aumento no saldo é decorrente dos investimentos relacionados ao Projeto Puma, correspondente a R\$ 349 milhões do saldo total de fornecedores no encerramento de 2015.

Adesão – REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Fiscal (“REFIS”) para quitação de Autos de Infração sofridos sobre o pagamento de imposto de renda e contribuição social por desinvestimentos realizados no exercício de 2003 e processo tributário de créditos de IPI sobre aparas, com liquidação prevista para 2019. O saldo, considerando a parcela do passivo circulante e não circulante, foi de R\$ 435 milhões ao final de 2014 para R\$ 423 milhões ao final de 2015 por conta da quitação das parcelas mensais.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde a R\$1.716 milhões no passivo circulante e R\$ 14.835 milhões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015, contra R\$ 1.480 milhões no passivo circulante e R\$ 8.160 milhões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014, com aumento de 72% no período. O saldo dos empréstimos e financiamentos, considerando o montante no passivo circulante e não circulante, corresponde a 63% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015, contra 46% em 31 de dezembro de 2014.

Durante o exercício de 2015 a Companhia pactuou novas captações relacionadas ao *funding* do Projeto Puma, além de firmar novas operações de crédito de exportação aproveitando-se de taxas atrativas disponíveis no mercado, totalizando o montante de R\$ 4,9 bilhões captados no período. Em contra partida, foram amortizados principal e juros equivalentes a R\$ 2,3 bilhões sobre as operações contratadas.

Adicionalmente destaca-se na variação do saldo, o incremento gerado pela valorização do dólar americano em relação ao real de 47% durante o exercício de 2015 sobre os financiamentos em moeda estrangeira, correspondentes a 69% do saldo total de financiamentos, acumulando em 2015 o equivalente a R\$ 3,4 bilhão de juros e variação monetária sobre o saldo.

Debêntures

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em janeiro de 2014 a Companhia efetuou a sua 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 1.700 milhões, sendo estas mandatoriamente conversíveis em ações. Por conta de sua característica de conversão, são considerados instrumentos híbridos (compostos), sendo alocado ao passivo os juros a valor presente e o restante no patrimônio líquido, correspondente ao valor das ações a serem convertidas futuramente a valor presente. A operação tem prazo de 5 anos, com pagamento de juros semestrais.

Em junho de 2014 foi realizada a 7ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 800 milhões, em duas séries com características distintas, podendo a primeira ser convertida futuramente em ações, porém não de forma mandatória. O vencimento da operação será em 2020 para a primeira série e 2022 para a segunda, com pagamento de juros semestrais.

As debêntures foram emitidas para financiamento do Projeto Puma. O saldo de debêntures no passivo, considerando sua parcela de circulante e não circulante corresponde a R\$ 1.470 milhões, equivalentes a 5% do total do passivo em 31 de dezembro de 2015.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias, apresentados nos balanços patrimoniais líquidos entre ativos e passivos, correspondem a saldos passivos de R\$ 954 milhões, contra R\$ 1.700 milhões em 31 de dezembro de 2014, com queda de 44% no saldo comparativo.

A variação apresentada foi decorrente dos créditos de imposto diferido registrados sobre o prejuízo fiscal e base negativa do exercício de 2015.

As principais diferenças temporárias que a Companhia possui correspondem a avaliação a valor justos dos ativos biológicos e custo atribuído ao ativo imobilizado (terras), dos quais não terão efeito caixa quando realizado, além dos créditos sobre prejuízos e bases negativas acumuladas.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Resultado operacional e financeiro

a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A Companhia é a maior produtora, exportadora e recicladora de papéis do Brasil, liderando os segmentos de papéis e cartões para embalagens, embalagem de papelão ondulado e de sacos industriais. Também comercializa madeira em toras para serrarias e laminadoras, para uso na indústria moveleira e na construção civil. Referência mundial no desenvolvimento sustentável, posiciona-se como uma das seis maiores fabricantes globais de cartões de fibras virgens, sendo sua unidade no Estado do Paraná uma das dez maiores fábricas integradas de celulose e papel do mundo.

A partir de 2016 a Klabin iniciou a comercialização de celulose na nova fábrica em Ortigueira (PR). A Unidade Puma tem capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas de celulose, dos quais 1,1 milhão de toneladas de celulose branqueada de fibra curta (eucalipto) e 400 mil toneladas de celulose branqueada de fibra longa (pínus), parte convertida em celulose fluff, sendo a única unidade industrial do mundo projetada para a fabricação das três fibras. A produção da Klabin contribui para a substituição das importações de celulose fluff, importante insumo utilizado em fraldas e absorventes, e representa uma consequente economia de divisas para o país.

Presente em oito estados do Brasil e na Argentina, a Companhia possui 497 mil hectares, sendo 229 mil hectares de florestas plantadas e 215 mil hectares de florestas nativas preservadas nos Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Possui dezesseis plantas no Brasil e uma na Argentina, comercializando seus produtos para mais de cinquenta países, em cinco continentes.

A Companhia se posiciona no mercado doméstico com ênfase nos segmentos de papéis para embalagens e embalagens de papel para alimentos, líquidos (refrigerados e lácteos), bebidas (refrigerantes e cervejas), higiene e limpeza, *personal care*, e farmacêuticos, além de sacos de papel (cimento, argamassa, farinha, sementes e outros) e celulose fluff. Para o mercado externo o crescimento está baseado no mercado de celulose, *Liquid Packaging Board* como fornecedor global da *Tetra Pak*, *Folding Boxboard* (congelados, higiene e limpeza - Europa, EUA e Mercosul) e no *kraftliner*.

A Companhia comercializou no mercado interno 50% de seu volume vendido em 2016. O *mix* de vendas entre o mercado interno e o mercado externo é componente importante na formação da receita líquida. Abaixo é possível verificar o volume de vendas e receita líquida de vendas dos três últimos anos.

Volume de vendas	2016		2015		2014		2013	
	1000 t	%	1000 t	%	1000 t	%	1000 t	%
Mercado Interno	1.316	50%	1.205	66%	1.227	69%	1.235	69%
Exportação	1.333	50%	627	34%	545	31%	553	31%
Total	2.650	100%	1.833	100%	1.771	100%	1.788	100%
Madeira	2.462		3.203		2.870		2.869	

Receita líquida	2016		2015		2014		2013	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Mercado Interno	4.230	60%	3.841	68%	3.679	75%	3.424	76%
Exportação	2.861	40%	1.842	32%	1.215	25%	1.175	24%
Total	7.091	100%	5.688	100%	4.894	100%	4.599	100%

Em 2016, o volume de vendas consolidado (excluindo madeira) totalizou 2.650 mil toneladas, 45% acima de 2015. As vendas no mercado interno tiveram aumento de 9% e o volume exportado cresceu 113%, puxado pelas vendas de celulose da nova Unidade Puma.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2015, o volume de vendas consolidado (excluindo madeira) totalizou 1.833 mil toneladas, 4% acima de 2014. As vendas no mercado interno tiveram queda de 2% e o volume exportado cresceu 15%.

Em 2014, o volume de vendas consolidado (excluindo madeira) totalizou 1.771 mil toneladas, 1% abaixo de 2013. As vendas no mercado interno permaneceram estáveis e o volume exportado caiu 20%.

A receita bruta (incluindo madeira) em 2016 atingiu R\$ 8,2 bilhões. A receita líquida totalizou R\$ 7,1 bilhões, 25% superior a 2015. A receita dos produtos destinados ao mercado interno representou 60% da receita líquida total.

A receita bruta (incluindo madeira) em 2015 atingiu R\$ 6,7 bilhões. A receita líquida totalizou R\$ 5,7 bilhões, 16% superior a 2014. A receita dos produtos destinados ao mercado interno representou 68% da receita líquida total.

A receita bruta (incluindo madeira) em 2014 atingiu R\$ 5,9 bilhões. A receita líquida totalizou R\$ 4,9 bilhões, 6% superior a 2013. A receita dos produtos destinados ao mercado interno representou 75% da receita líquida total.

Participação na receita líquida

Distribuição da receita líquida	2016	2015	2014	2013
por produto				
Cartões revestidos	31%	37%	34%	35%
Papelão ondulado	24%	28%	32%	30%
Celulose	18%	-	-	-
<i>Kraftliner</i>	11%	15%	13%	13%
Sacos industriais	10%	12%	12%	14%
Madeira	5%	6%	7%	7%
Outros	2%	2%	2%	1%

O mix de vendas entre regiões também é componente de grande importância na composição da receita da Companhia, uma vez que os preços, valores dos fretes e condições de entrega são diferentes em cada local.

Os preços dos produtos da Companhia variam em função do equilíbrio entre a oferta e a demanda nos mercados nacional e internacional. A formação de preço dos produtos é diferente nos diversos segmentos que a Companhia atua e sofre influência de PIB, inflação, nível da atividade econômica no Brasil e no mundo, variação da taxa de juros, carga tributária, flutuação do real com relação a moedas estrangeiras, preço de celulose de mercado, preço de aparas de papel, assim como fenômenos da natureza que impactam a oferta de madeira. Os preços geralmente são cíclicos e estão sujeitos a fatores que estão fora do controle da Klabin.

Fatores que afetaram o resultado operacional encontram-se no item 10.3, a seguir.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Volume de vendas e mix de produtos

A receita da Companhia provém da venda de celulose, *kraftliner*, papelcartão e sacos industriais para os mercados externo e interno e pela venda de toras de madeira e caixas de papelão ondulado no mercado interno e é altamente impactada por variações de volumes.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conforme estatísticas de vendas da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ – antiga Bracelpa), a expedição brasileira de papel cartão, excluindo cartões para líquidos, foi 504 mil toneladas em 2016 versus 507 mil toneladas em 2015 e 539 mil toneladas em 2014.

Assim como o papel reciclado, o papel *kraftliner* fabricado pela Klabin abastece de forma integrada as fábricas de embalagens de papelão ondulado da empresa. O restante do *kraftliner* produzido é vendido pela Companhia nos mercados interno e externo.

No primeiro ano de operação da Unidade Puma, o volume total vendido em 2016 foi de 797 mil toneladas, das quais 591 mil toneladas de fibra curta e 206 mil toneladas de fibra longa e fluff. As vendas de fibra curta foram ancoradas principalmente pelo acordo celebrado com a Fibria em maio de 2015. Por este contrato a Klabin fornecerá à Fibria 900 mil toneladas anuais de celulose de fibra curta que será vendido com exclusividade pela Fibria em países fora da América do Sul.

As vendas de papel *kraftliner* foram de 399 mil toneladas em 2016 versus 418 mil toneladas em 2015 e 389 mil toneladas em 2014. A receita líquida com vendas de *kraftliner*, cujo preço médio foi impactado pela variação cambial em 2016 acumulou R\$ 799 milhões no ano, comparado a R\$ 858 milhões em 2015, e R\$639 milhões em 2014.

Segundo dados da Associação Brasileira de Papelão Ondulado (ABPO), o mercado de papelão ondulado teve queda de 2% em 2016 na comparação com 2015, após queda de 3% no ano de 2015 em relação a 2014.

A venda de caixas e chapas de papelão ondulado da Klabin atingiu 558 mil toneladas em 2016 versus 550 mil toneladas em 2015. A receita líquida totalizou R\$ 1.663 milhões, crescimento de 7% em relação ao ano anterior.

O volume de vendas de madeira é distribuído totalmente no mercado interno. Os clientes da Companhia são serrarias, laminadoras e a indústria moveleira que vendem seus produtos para consumidores no Brasil e no exterior. Os mercados externos consumidores de madeira exerceram forte influência sobre a venda de madeira no passado, porém hoje esse mercado é também influenciando por indicadores nacionais da construção civil.

A nova operação de celulose, iniciada em março, ampliou também os esforços da Unidade Florestal. Durante o ano de 2016, a Klabin movimentou aproximadamente 14,4 milhões de toneladas de toras e cavacos de pinus e eucalipto e resíduos para energia, um crescimento de 32% em relação as 10,9 milhões de toneladas transportadas ao longo do ano anterior. A maior demanda interna gerada pela nova Unidade Puma em Ortigueira (PR) também influenciou o montante de madeira vendido para serrarias e laminadoras em 2016. As vendas de toras para terceiros no ano totalizou 2,5 milhões de toneladas, ante 3,2 milhões de vendas em 2015.

Os demais produtos vendidos pela Klabin não apresentaram alteração significativa de volume nos últimos anos. A participação de cada seguimento na receita líquida pode ser conferida no item anterior (10.2 a).

Modificações de preços

A deterioração da atividade econômica no Brasil verificada ao longo de 2015 se prolongou durante o ano de 2016. A crise política que levou ao processo de impeachment no primeiro semestre avançou durante a segunda metade do ano com a revelação periódica e praticamente ininterrupta de novos escândalos, dificultando a aprovação de reformas e ampliando a crise de confiança no país. Tais fatores refletiram diretamente na piora do cenário econômico, com aumento do desemprego e redução dos investimentos e na grande volatilidade nos mercados de ações e câmbio, postergando a expectativa da retomada do crescimento que era esperada ao final de 2015. Neste contexto de alta volatilidade, a taxa de câmbio que chegou a atingir a R\$ 4,24/US\$ no início do ano fechou 2016 com cotação de R\$ 3,26/US\$.

O ano também foi de volatilidade no cenário global. No primeiro semestre, incertezas sobre a atividade econômica nos Estados Unidos e na Europa prolongaram o período de baixas taxas de juros mantidas por bancos centrais de grandes economias mundiais. Além disso, o turbulento cenário político na Europa, com o plebiscito que selou a saída do Reino Unido da União Europeia, o menor ritmo de crescimento chinês, e as controversas campanhas eleitorais nos Estados Unidos ampliaram o sentimento de incerteza ao longo dos últimos 6 meses do ano.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os mercados de papéis para embalagens não ficaram imunes a esses fatos e, no Brasil, apresentaram queda em relação aos volumes de vendas observados em 2015. Nesse contexto, os preços de papéis e demais produtos da Companhia são determinados pelo balanço entre a oferta e demanda tanto no mercado interno quanto no mercado internacional.

Taxas de câmbio

Os preços dos papéis e de celulose no mercado internacional são, na maioria das vezes, determinados na moeda americana. A Companhia exportou 50% do volume de vendas em 2016, deste modo a taxa de câmbio é um componente importante na receita líquida da empresa. Durante os três últimos anos podemos verificar a seguinte variação de taxa de câmbio (venda):

Câmbio	2016	2015	2014	2016/2015	2015/2014
	R\$/US\$	R\$/US\$	R\$/US\$	%	%
Dólar Médio	3,48	3,34	2,35	4%	42%
Dólar Final	3,26	3,90	2,66	-16%	47%

A receita líquida de vendas no mercado externo totalizou R\$ 2.861 milhões em 2016, 55% superior ao ano anterior, onde a receita com exportação foi de R\$ 1.846 milhões. Em 2014, a receita líquida com exportações atingiu R\$ 1.215 milhões.

Inflação

As receitas e custos da Companhia sofrem impacto da inflação. Os preços dos papéis no mercado interno, assim como o custo dos insumos de produção e custo de mão de obra tendem a variar conforme os índices de inflação brasileira.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os insumos utilizados pela Klabin em sua maior parte são vinculados ao real. Os prestadores de serviços reajustam seus preços baseados na variação dos índices de inflação e de modo geral utilizam o IPCA.

Para materiais é utilizado o componente de variação de algumas *commodities* além do IPCA, como exemplo, óleo combustível para determinar os reajustes dos fretes.

O resultado das operações da Companhia é influenciado pela inflação e pela variação da taxa de câmbio, uma vez que, em 2015, 40% da receita líquida foi proveniente de vendas no mercado externo.

O resultado financeiro sofre impacto da variação da taxa básica de juros e de outras taxas que afetam as aplicações financeiras; da TJLP que incide sobre a dívida em moeda local e da taxa de câmbio que incide sobre os financiamentos em moeda estrangeira.

O custo dos produtos vendidos em 2016 foi de R\$ 5.227 milhões, 31% maior que 2015, puxado pelas operações da nova unidade de celulose. Excluindo a depreciação, exaustão e amortização, custo unitário dos produtos vendidos foi de R\$ 1.455/t, 10% abaixo quando comparado ao ano anterior, explicado em boa parte pela diluição dos custos fixos pelo volume incremental de vendas de celulose.

As despesas com vendas em 2016 foram de R\$ 586 milhões, 37% acima de 2015 em função do crescimento da receita líquida e principalmente do maior volume exportado com as novas vendas de celulose ao longo do ano. Ainda assim, as despesas com vendas em 2016 representaram 8% da receita líquida, em linha com o observado no ano anterior.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 467 milhões em 2016, 38% superiores ao ano de 2015, decorrente principalmente da re-estruturação da folha de pagamentos ocorrida a partir de dezembro de 2015 e de dissídios ao longo dos 12 meses, além da adequação das estruturas para fazer frente às novas operações de celulose.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A geração operacional de caixa (EBITDA Ajustado) em 2016 atingiu R\$ 2.288 milhões, o melhor resultado histórico da Companhia e 16% superior ao ano de 2015, com margem EBITDA de 32%.

O endividamento bruto consolidado ao final do ano era de R\$ 18.469 milhões, R\$ 447 milhões acima do valor verificado ao final de 2015. O aumento do endividamento bruto em 2016 foi feito por meio da contratação de linhas de longo prazo e a custos competitivos, com a finalidade de garantir os recursos necessários para o investimento no Projeto Puma, além de garantir um colchão de liquidez em um ano marcado por grande instabilidade econômica.

O caixa e as aplicações financeiras em 31 de dezembro somavam R\$ 6.464 milhões, aumento de R\$ 853 milhões em relação ao final de 2015 mesmo com os desembolsos efetuados ao longo do ano relacionados à construção da nova fábrica de celulose. Isso foi possível devido à forte geração de caixa da Companhia e à contratação de financiamentos para o funding do Projeto Puma.

O endividamento líquido consolidado totalizou R\$ 12.005 milhões, redução de R\$ 406 milhões no ano, influenciado pelos investimentos no Projeto Puma que foram mais do que compensados pela forte geração de caixa e pela queda da taxa de câmbio de R\$3,90/US\$ ao final de 2015 para R\$3,26/US\$ ao final de 2016, gerando impacto sobre a parcela da dívida em moeda estrangeira. Assim, a relação dívida líquida / EBITDA ajustado fechou o ano em 5,2 vezes, contra 6,3 vezes observada ao final de 2015. Com a finalização dos investimentos na Unidade Puma e o aumento na geração de caixa proveniente da nova fábrica de celulose, esperamos continuar observando a redução da alavancagem ao longo de 2017.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Eventos com efeitos relevantes ocorridos e esperados nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Para o exercício de 2016, com início das operações do Projeto Puma, relacionados a construção de fábrica para produção de 1,5 milhões de toneladas, foi inserido nos segmentos operacionais, conforme características previstas no CPC 22 – Segmentos Operacionais, o segmento de “Celulose”.

Oe efeitos desse novo segmento na abertura do resultado por segmento de 2016 foram:

	<u>Celulose</u>
Receitas líquidas:	
.Mercado interno	185.449
.Mercado externo	1.066.092
Receita de vendas para terceiros	1.251.541
Receitas entre segmentos	13.615
Vendas líquidas totais	1.265.156
Variação valor justo ativos biológicos	-
Custo dos produtos vendidos	(1.075.843)
Lucro bruto	189.313
Despesas/ receitas operacionais	(245.085)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(55.772)
 <u>Venda de produtos (em toneladas)</u>	
.Mercado interno	103.874
.Mercado externo	693.414
.Entre segmentos	9.040
	806.328
Investimentos no período	1.726.589
Depreciação, exaustão e amort.	(368.549)
Ativo total - 31/12/2016	8.605.092
Passivo total - 31/12/2016	330.453
Patrimônio líquido - 31/12/2016	8.274.639

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia:

- i) Constituição de nova Sociedade em Conta de Participação Harmonia em agosto, com aporte de florestas pela Companhia no valor de R\$ 102 milhões e capital de sócios investidores no valor de R\$ 65 milhões;
- ii) Aquisição da Embalplan S.A., com a compra de planta industrial para produção de papelão ondulado no município de Rio Negro (PR) com capacidade de produção de 50 mil toneladas/ano, com desembolso de R\$ 124 milhões.
- iii)

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais nos períodos de 2016, 2015 e 2014, que já não fosse especificado em outro item deste formulário.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações significativas de praticas contábeis nos exercícios de 2016, 2015 e de 2014.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações significativas de praticas contábeis nos exercícios de 2016, 2015 e de 2014.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres da auditoria externa para as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Companhia entende que os itens abaixo são considerados políticas críticas, as quais requerem o uso de estimativas e julgamentos subjetivos e de futuro incerto, necessários para auferir os valores constantes em suas demonstrações financeiras, visto que dependem da definição de premissas como taxas de desconto, análise de clientes, definição de vida útil de ativos, projeções de resultados com base no orçamento, estimativas de perda, produtividade, previsão de eventos futuros, preços de mercado, dentre outras.

As premissas utilizadas são baseadas no conhecimento e experiência da Administração, utilização das melhores referências disponíveis no mercado, previsão de eventos futuros e auxílio de especialistas, quando necessário.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

São constituídas provisões para os créditos de liquidação duvidosa com base em análise individual dos valores a receber e na estimativa de perdas prováveis na realização dos recebíveis. O risco de créditos nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas adotadas pela aceitação de clientes, análise de créditos e estabelecimento de limites de exposição por cliente, dos quais são revisados periodicamente, além do monitoramento constante da saúde financeira dos clientes, como forma de certificar-se que os valores sejam devidamente recebidos.

A política adotada pela Companhia é de provisionar para provisão para créditos de liquidação duvidosa duplicatas vencidas a mais de 90 dias, em caso de não haver expectativa concreta para recebimento do saldo.

Este procedimento exige um determinado grau de discricionariedade por parte da Administração por conta das incertezas das premissas envolvidas no processo, como a situação financeira dos clientes e tendências econômicas do mercado.

Provisão para perdas na realização de estoques

São reconhecidas provisões para perdas prováveis de (i) estoque de produtos que tenham sido descontinuados ou que pretendemos descontinuar; (ii) estoques excessivos de matéria-prima em relação às vendas projetadas do produto no qual são utilizadas nos próximos vinte e quatro meses; (iii) estoque de produtos acabados cujo prazo de vencimento ocorrerá antes que o produto possa ser vendido; e (iv) estoques de manutenção não utilizados. Essas provisões são atualizadas em cada data de encerramento do balanço.

O processo crítico nessa atividade está na avaliação da obsolescência dos estoques, considerando uma análise individual dos itens sob o julgamento dos profissionais envolvidos, restando a Administração a definição de normas e procedimentos internos para que os estoques sejam avaliados periodicamente.

Apesar de tratar-se de um processo crítico por conta dos julgamentos necessários, a operação da Companhia em seus principais produtos (papéis, embalagens, sacos e madeira) não são perecíveis e mesmo que não utilizados para vendas podem ser reprocessados e utilizados em novo processo produtivo.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza o ativo e passivo fiscal diferido com base nas diferenças entre os valores contábeis e a base tributária de ativos e passivos. A Companhia revisa com regularidade a realização do ativo fiscal diferido.

A relação crítica envolvida nos impostos diferidos está relacionada ao julgamento da Administração da Companhia quanto a realização do ativo fiscal diferido líquido, mantendo registrado desde que seja provável, suportado pelas projeções de resultados, mas seu valor é sujeito à incertezas tendo em vista que depende da concretização dos lucros tributáveis projetados para os períodos futuros.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia optou pelo adoção antecipada da para 2014 da Lei nº 12.973/14, o qual permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

Imobilizado e intangível

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, apurada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Encargos financeiros são capitalizados ao ativo imobilizado, quando incorridos sobre imobilizações em andamento, se aplicáveis.

Gastos com pesquisa de novos produtos e técnicas utilizadas pela Companhia são registrados no resultado do exercício como despesa, à medida que são incorridos.

A determinação das vidas úteis é um processo crítico e exige um julgamento subjetivo, sendo inerentemente incerta devido a mudanças tecnológicas ou outros fatores que podem causar uma obsolescência precoce dos bens do imobilizado. Caso haja necessidade de processar alterações relevantes nas premissas originais, as despesas de depreciação, baixas por obsolescência e o valor contábil líquido do imobilizado podem diferir significativamente em relação às premissas originalmente adotadas.

Redução do valor recuperável de ativos (“impairment”)

São revistos anualmente os saldos de imobilizado e outros ativos, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou eventos e alterações que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Na estimativa do valor em uso para definição do valor recuperável de ativos, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa. Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável.

A avaliação do *impairment* é crítica, pois pode ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas e da indústria, taxas de juros, taxas cambiais, mudanças estratégicas de negócios e nos tipos de produtos oferecidos ao mercado.

Ativos biológicos

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo, feita trimestralmente pela Companhia, considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

As provisões passivas decorrem de processos administrativos e/ou judiciais inerentes ao curso normal das atividades da Companhia. As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis são avaliadas pelos advogados internos, advogados e peritos contratados pela Companhia e são quantificadas utilizando-se de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada e são atualizadas até as datas do balanço.

Para os processos judiciais classificados com risco de perda provável, são constituídas provisões; para os processos judiciais cujo risco de perda é considerado como possível, há somente divulgação dos processos e valores envolvidos, sem que seja constituída provisão; e para os processos cujo risco de perda é classificado como remoto, não há divulgação dos riscos nem constituição de provisões, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em processos judiciais envolvendo causas ativas, para as quais não existem valores provisionados nas demonstrações financeiras, seguindo o princípio contábil da prudência, sendo a prática contábil adotada de reconhecimento dos ativos somente após o trânsito em julgado definitivo dos processos.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as suas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos seus resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que sejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que sejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Plano de negócios

a) investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

O total dos investimentos em 2016 foi de R\$ 2.567 milhões sendo R\$ 1.700 milhões destinados ao Projeto Puma. Além da nova planta de celulose, R\$ 320 milhões foram destinados a projetos e expansão, especialmente na aquisição dos ativos de conversão de caixas de papelão ondulado da empresa Hevi em Manaus (AM) e R\$ 405 milhões foram aplicados em continuidade operacional e manutenção.

R\$ milhões	2015	2014	2013
Manutenção e continuidade operacional	405	445	384
Projetos especiais e expansão	320	59	319
Projeto Puma	1.707	4.053	2.242
Total*	2.567	4.628	2.945

* Inclui outros investimentos

A Companhia pretende finalizar ao longo de 2017 os investimentos no projeto Puma, na cidade de Ortigueira (PR), que tem investimentos previstos no ano de R\$ 150 milhões.

Principais investimentos em 2016:

Papéis

Monte Alegre (PR),

Primarização do transporte de madeira, investimento: R\$ 18 milhões;

Piracicaba (SP)

Expansão da MP21 – capacidade de papéis reciclados, investimento: R\$ 18 milhões.

Angatuba (SP)

Expansão da MP14 – capacidade de papéis, investimento: R\$ 47 milhões.

Goiana (PE)

Nova máquina de papéis reciclados com 110 mil toneladas de capacidade anual, com investimento de R\$ 380 milhões. Essa nova máquina busca suprir os crescimentos dos mercados de embalagens na região nordeste.

Projeto Puma

No mês de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou a construção de uma nova planta na cidade de Ortigueira (PR) com capacidade para produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose por ano.

O Projeto Puma se diferencia dos demais projetos de celulose em execução devido à flexibilidade de produzir dois tipos de fibra em uma mesma planta e por possibilitar o abastecimento do mercado brasileiro de celulose fluff, que hoje provém de importações. Adicionalmente, será possível obter um menor custo na produção das duas fibras, bem como se beneficiar de excelente logística inbound e outbound e produzir 150 MW de energia excedentes.

10.8 - Plano de Negócios

A Klabin já possui 107 mil hectares de florestas plantadas com pinus e eucalipto que irão garantir o abastecimento de madeira dessa fábrica. O raio médio entre as florestas e a planta é de 72 km, o que assegura a competitividade e o baixo custo de transporte de madeira. O escoamento de parte da produção será feito por ferrovia até o porto de Paranaguá (PR).

O Projeto Puma demandará investimentos da ordem de R\$ 5,8 bilhões em equipamentos industriais e será financiado por *equity* e dívida. Para a capitalização deste projeto, ao início de 2014 foram emitidas debêntures mandatoriamente conversíveis em ações no montante de R\$ 1,7 bilhão. Adicionalmente, foi enquadrado pelo BNDES o financiamento de até R\$ 4,2 bilhões.

A implementação do Projeto Puma, com início esperado para março de 2016, representa uma importante etapa para a Klabin, diante do significativo aumento da sua capacidade de produção, que não só irá abastecer os mercados de celulose, como também possibilitará futuras expansões em máquinas de papéis para embalagens, bem como proporcionará ganhos operacionais e impactos positivos nos seus resultados econômico-financeiros.

O ano de 2015 foi de grande evolução na construção do Projeto Puma. A nova linha de celulose Ortigueira (PR) que adicionará 1,5 milhão de toneladas de celulose à capacidade atual da Companhia iniciou o ano ao nível 38% das obras concluídas e 31% dos desembolsos realizados. Após os 12 meses, mais de R\$ 4 bilhões investidos e mais de 11.000 colaboradores trabalhando durante grande parte do período, o Projeto Puma encerra 2015 com 95% das obras concluídas, 77% dos desembolsos financeiros realizados, e boa parte dos principais equipamentos em etapa de comissionamento. É importante destacar o foco e a capacidade de execução da Klabin, que atingiu esse grande avanço na construção do seu maior projeto de expansão exatamente conforme o cronograma e o orçamento iniciais e simultaneamente ao incremento dos resultados em um cenário bastante adverso.

ii) fontes de financiamento dos investimentos;

Os investimentos são financiados com a utilização de saldos de disponibilidade, expectativa de geração de caixa da própria operação e captação de financiamentos no mercado, principalmente junto ao BNDES.

Além disso, em janeiro de 2014, se deu a conclusão da 6ª Emissão de Debêntures, quando foram subscritas e integralizadas a totalidade de 27.200.000 debêntures emitidas em colocação privada, de valor nominal unitário de R\$ 62,50, totalizando R\$ 1,7 bilhão. As debêntures emitidas, com vencimento no dia 8 de janeiro de 2019 são obrigatoriamente conversíveis em certificados de depósitos de ações ("Units") e serão remuneradas em 8% a.a., somada a variação monetária de Reais por Dólares Americanos, além de participar em qualquer distribuição de resultados aos acionistas da Companhia.

Dada a natureza desse instrumento, ele será contabilizado como instrumento híbrido, com parte no passivo, equivalente ao valor presente dos juros até a conversão e o remanescente alocado ao patrimônio líquido.

Os recursos obtidos na emissão das debêntures foram destinados à construção da nova planta de celulose unidade Puma.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e previstos pela Companhia.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Conforme descrito acima, a Companhia continua prioriza seus objetivos estratégicos de longo prazo, direcionados a construção da unidade Puma, fábrica de celulose de escala mundial com capacidade de 1,5 milhão de t/ano, elevando a capacidade de celulose para 3,5 milhões de t/ano, cuja produção iniciou-se em março de 2016 na cidade de Ortigueira (PR).

Ademais, a Companhia adquiriu a empresa Embalplan Indústria e Comércio de Embalagens S.A ("Embalplan"), cuja planta está localizada no município de Rio Negro no Estado do Paraná, bem como as instalações industriais para produção de caixas de papelão ondulado da empresa Hevi Embalagens da Amazônia Ltda ("Hevi Embalagens"), localizada em Manaus no Estado do Amazonas. Ambas as aquisições representam aumento da capacidade total de produção de caixas de papelão ondulado da Klabin em 70 mil toneladas anuais (incremento de 10% da capacidade atual). O valor combinado dessas transações é de R\$ 187 milhões. A compra da Embalplan e dos ativos da Hevi Embalagens está alinhada com a estratégia de crescimento consistente da Klabin nos mercados onde atua e marca o início da operação de conversão de caixas pela empresa nos Estados do Paraná e Amazonas.

10.8 - Plano de Negócios

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;

Inovação em produtos e tecnologias

A evolução da competitividade da Klabin, desde a *performance* de suas florestas e de seus processos produtivos até a gestão do impacto de seus produtos, está intrinsecamente ligada aos investimentos constantemente em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Com os mercados de papéis e embalagens cada vez mais desafiadores e a iminente entrada no novo mercado mundial de celulose com o início de produção da fábrica de Ortigueira (PR), a Companhia tem ampliado os investimentos em P&D&I.

Com olhar mais amplo e ação mais estratégica, a área de P&D&I atua em diversos elos da cadeia de produção:

- Aprimoramento de processos de plantio e manejo de pinus e eucalipto para aumento da produtividade;
- Desenvolvimento de novos produtos e melhorias nos projetos existentes para adaptá-los a necessidades de clientes ou a um melhor desempenho econômico e ambiental;
- Otimização de processos de fornecedores para melhorar a flexibilidade das Unidades nas compras de insumos e serviços;
- Soluções para questões das propriedades físicas das embalagens, como barreiras (água, vapor, gordura, pragas), porosidade, permeabilidade e rugosidade, e na conversão (corte, vincagem, colagem, fechamento e impressão);
- Avaliação do desempenho dos produtos em aspectos ambientais, de qualidade, produtividade, saúde e segurança.

Também como parte da ampliação do foco em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para fazer frente a uma Klabin maior, a Companhia realiza o maior investimento concentrado em um curto período de sua história nessa área. Além do investimento na formação das novas equipes, o investimento em P&D&I, entre 2015 e 2018, será de R\$ 70 milhões, incluindo convênios com institutos de pesquisa, a estruturação física do laboratório, compra de equipamentos, e formação do pessoal.

O novo Centro de Tecnologia, em construção na Unidade Monte Alegre será responsável por grande parte desse investimento e tem inauguração prevista para 2016, atuará em cinco rotas:

- Desenvolvimento da matéria-prima florestal para a celulose;
- Otimização de papéis e novas aplicações;
- Biocombustível/bioquímicos (usos múltiplos da base florestal)
- Redução de consumo - meio ambiente, emissões, reuso de produtos gerados no processo, redução do consumo de água, energia e vapor;
- Nanotecnologia - frações da celulose em micro ou nanoescala e aplicação em novos produtos.

Para uma atuação mais eficiente, a área de P&D&I mantém parcerias com fornecedores de equipamentos e insumos, além de contar com o apoio de institutos de pesquisa e universidades no Brasil e exterior.

iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

O desenvolvimento de novos produtos e tecnologias é um processo constante da Companhia, realizado pelas áreas de pesquisa e desenvolvimento e engenharia industrial, as quais se reportam à Diretoria de Projetos e Tecnologia Industrial.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Outros fatores com influência relevante

Não há outras informações relevantes sobre esse item “10”.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Bernardo Klabin		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1	0
051.864.937-75	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	08/03/2017	Sim	0%
Vera Lafer Lorch Cury		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1	0
060.657.498-00	Administradora	23 - Conselho de Administração (Suplente)	08/03/2017	Sim	0%
ROBERTO MIGUEL		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1	0
903.384.648-91	Contabilista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	08/03/2017	Não	0%
Roberto Klabin Martins Xavier		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
153.181.088-81	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	08/03/2017	Sim	100.00%
Roberto Luiz Leme Klabin		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
988.753.708-00	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/03/2017	Sim	100.00%
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1	0
085.081.467-79	Relações Internacionais	23 - Conselho de Administração (Suplente)	08/03/2017	Não	0%
Rui Manoel de Medeiros D`Espiney Patricio		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	5
656.812.078-20	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/03/2017	Não	0.00%
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
725.095.897-68	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/03/2017	Não	100.00%
Vera Lafer		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
380.289.138-49	Engenheira Industrial	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	08/03/2017	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Alberto Klabin		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
261.062.567-72	Engenheiro Mecânico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	08/03/2017	Sim	100.00%
Reinoldo Poernbacher		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
003.976.440-00	Engenheiro	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	08/03/2017	Sim	100.00%
Amanda Klabin Tkacz		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
047.868.957-84	Administradora de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	08/03/2017	Sim	100.00%
Armando Klabin		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
008.144.407-97	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	08/03/2017	Sim	100.00%
Pedro Franco Piva		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
008.308.448-72	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	08/03/2017	Sim	100.00%
Celso Lafer		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
001.913.298-00	Advogado e Professor Universitário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/03/2017	Sim	100.00%
Daniel Miguel Klabin		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
008.143.777-34	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	08/03/2017	Sim	100.00%
Eduardo Lafer Piva		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
029.198.238-76	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	08/03/2017	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Francisco Lafer Pati		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
256.483.558-90	Bacharel em Direito	23 - Conselho de Administração (Suplente)	08/03/2017	Sim	100.00%
Graziela Lafer Galvão		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
012.072.688-28	Engenheira Industrial	23 - Conselho de Administração (Suplente)	08/03/2017	Sim	100.00%
Helio Seibel		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
533.792.848-15	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/03/2017	Sim	100.00%
Matheus Morgan Villares		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	5
257.655.128-95	Engenheiro	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	08/03/2017	Sim	0.00%
Marcelo Bertini de Rezende Barbosa		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
813.071.527-91	Economista	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	08/03/2017	Sim	100.00%
Israel Klabin		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	5
008.143.857-53	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	08/03/2017	Sim	0.00%
Lília Klabin Levine		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
300.825.448-91	Empresária	23 - Conselho de Administração (Suplente)	08/03/2017	Sim	100.00%
Olavo Egydio Monteiro de Carvalho		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	5
007.260.107-82	Empresário	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	08/03/2017	Não	0.00%
Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
040.443.368-57	Administrador de Empresas	20 - Presidente do Conselho de Administração	08/03/2017	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Luis Eduardo Pereira de Carvalho		Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2017	1 ano	0
384.060.808-25	Engenheiro de Produção	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	08/03/2017	Sim	100.00%
Camilo Marcantonio Junior		Conselho Fiscal	08/03/2017		0
978.145.710-49	Engenheiro Eletrônico	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	08/03/2017	Sim	0%
Vivian do Valle Souza Leão Mikui		Conselho Fiscal	08/03/2017	1 ano	0
088.036.718-03	Advogada	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	08/03/2017	Sim	100.00%
João Adamo Junior		Conselho Fiscal	08/03/2017	1 ano	0
132.904.408-85	Advogado e Administrador de Empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	08/03/2017	Sim	100.00%
Antonio Marcos Vieira Santos		Conselho Fiscal	08/03/2017	1 ano	0
053.610.478-64	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	08/03/2017	Sim	100.00%
Carlos Alberto Alves		Conselho Fiscal	08/03/2017	1 ano	5
330.547.627-34	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	08/03/2017	Sim	0.00%
João Alfredo Dias Lins		Conselho Fiscal	08/03/2017	1 ano	0
027.023.637-68	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	08/03/2017	Sim	100.00%
Wolfgang Eberhard Rohrbach		Conselho Fiscal	08/03/2017	1 ano	0
016.771.448-15	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	08/03/2017	Não	100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Bernardo Klabin - 051.864.937-75

Estagiário nas áreas de desenvolvimentos de Produtos / Informática / Clicheria/ Maquinas Onduladeiras e impressoras / Expedição na Klabin S.A (Rio de Janeiro/ Del Castilho), entre 1999-2000; Responsável pela área de novos negócios da empresa E-imóveis.com.br, entre 2000-2001; Sócio e Diretor Administrativo da Disk Cook, entre 2002 e 2003; Sócio e Diretor Administrativo de One Midia entre 2003 e 2006; Sócio, diretor administrativo e membro do comitê de investimentos 4K Investimentos Gestora de Recursos, desde 2013; Diretor Geral da Ibitiguaia Agropecuária LTDA, desde 2013, Diretor da Aquinor Agricultura do Nordeste Ltda, desde 2010; Membro do Conselho de Administração da Cosibra – Campânia de Sisal do Brasil LTDA., desde 2010; Membro Suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A., a partir de 2017.

Vera Lafer Lorch Cury - 060.657.498-00

Suplente de Conselheiro de Administração de Klabin S/A., Diretora e acionista de VFV Participações S/A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin, Sócia e quotista da empresa Fazenda e Haras Boa Vista Ltda.

ROBERTO MIGUEL - 903.384.648-91

Auditor independente e consultor empresarial atuando desde 1979 em empresas Multinacionais e nacionais de auditoria independente; Sócio fundador da Tríade Auditores Independentes desde 1989, sendo responsável da empresa perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Co-autor dos livros “Curso Básico de Auditoria - Coleção Seminários CRC - Editora Atlas, Co-autor do livro “Temas Contábeis Relevantes” - Coleção Seminários CRC - Editora Atlas, Co-autor do livro “Mudanças nas Demonstrações Contábeis - Editora Saraiva, Professor do Curso de Pós-Graduação nas cadeiras de Finanças e Contabilidade da FAT-FATEC-SP; Professor dos Cursos de Pós-Graduação “Lato Sensu” nas cadeiras de Auditoria e Contabilidade Avançada da Faculdade São Marcos; Professor do Curso de Administração de Empresas da fundação Armando Alvares Penteado - FAAP na cadeira de Auditoria – 1988; Professor do Centro de Cursos Extracurriculares - CECEA, do Instituto Mauá de Tecnologia – IMT; Professor de Cursos de Extensão Profissional; MEMBRO DE CONSELHO FISCAL DAS SEGUINTE EMPRESAS RENNER PARTICIPAÇÕES S.A. (controladora do Banco Renner), MINAS GERAIS EDUCAÇÃO S.A., INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNIMONTE S.A. VC NETWORK EDUCAÇÃO S.A., RNE GESTÃO PATRIMONIAL S.A., HELENO & FONSECA CONSTRUTÉCNICA S.A., TOLSTOI PARTICIPAÇÕES S.A., SHOPPING CENTER IBIRAPUERA S/A. FERROBAN FERROVIAS BANDEIRANTES S.A., NOVA FERROBAN S.A., NORTE SALINEIRA S/A IND. E COM. – NORSAL, ORDENE COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A., IGW TRUST S.A., LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA INONIBRÁS INOCULANTES E FERRO LIGAS NIPO-BRASILEIRO S.A BENALCOOL S/A AÇÚCAR E ÁLCCOL, IMPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO AMBRIEX S/A; MEMBRO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DAS SEGUINTE EMPRESAS REDE NACIONAL DE FARMÁCIA S.A. MINKAR PARTICIPAÇÕES S.A. , MEMBRO DO CONSELHO CONSULTIVO GRUPO TENTA ATACADO

Roberto Klabin Martins Xavier - 153.181.088-81

Acionista e Diretor de LKL Participações S.A e de Esli Participações S/A. sócias gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresas holding do Grupo Klabin. Diretor e acionista de Levine Part. S/A. Membro efetivo do Conselho de Administração de Klabin S.A.

Roberto Luiz Leme Klabin - 988.753.708-00

Advogado formado pela Universidade de São Paulo e especialização em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie. Sócio gerente de KI & KI Participações Ltda., RK Hotéis e Turismo Ltda. e Caiman Agropecuária Ltda.; Vice - Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica; Presidente do Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai SOS Pantanal; Presidente do Lide Sustentabilidade; Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A.; Membro do Conselho Administrativo do Hospital Israelita Albert Einstein; Membro do Conselho da Fundação Amazonia Sustentável; Membro do Conselho Consultivo da Renctas - Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres; Membro do Conselho Consultivo do Instituto Econsenso e Membro do Conselho Consultivo do Funbio - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade; Membro do Conselho do The Long Run initiative (Organization of nature based tourism business committed to driving sustainability); Membro do Conselho Consultivo da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Cidade de São Paulo.

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello - 085.081.467-79

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. Foi sócio e executivo da Astor Group, empresa americana atuante na área de fusões e aquisições, e da Charles River Capital, gestora de investimentos. Formado em Relações Internacionais pela Georgetown University, magna cum laude, com MBA pela Harvard Business School.

Rui Manoel de Medeiros D'Espiney Patricio - 656.812.078-20

Membro do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A., Klabin S.A., Espirito Santo International Holding, Vivo Participações e EIP – Eletricidade Industrial Portuguesa

Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães - 725.095.897-68

Diretor de Monteiro Aranha S.A. e Monteiro Aranha Participações S.A. membro do Conselho de Administração de Klabin S.A. desde março/2005 e membro do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A. desde julho/2011.

Vera Lafer - 380.289.138-49

Diretora e acionista de VFV Participações S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Diretora e quotista de VL Participações Ltda., Novo Horizonte Agropecuária Ltda., VEMI Participações Ltda., Kla Gama Agropecuária Ltda. e Lavesube Comércio e Representações Ltda. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A.

Alberto Klabin - 261.062.567-72

Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

Reinoldo Poernbacher - 003.976.440-00

Engenheiro Químico, ingressou na Petrobrás em 1967. Atuou na indústria química e petroquímica. Exerceu cargos de direção na Cia Química Meacril, na Copener – Copene Energética S.A. e na Norcell S.A. De 1994 a 1999 exerceu cargos de direção na então Klabin Bacell e, desde então, ocupou o cargo de Diretor Gerente da Unidade de Negócios Klabin Florestal e Diretor da Área de Supply Chain da Klabin S.A. Diretor Geral de Klabin S.A. de março de 2008 a fevereiro de 2011. Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A. desde Abril de 2012.

Amanda Klabin Tkacz - 047.868.957-84

Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A. desde abril/2004.

Armando Klabin - 008.144.407-97

Diretor Presidente de Dawojobe Participações S.A., sócio gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A. Presidente da Companhia Sisal do Brasil - COSIBRA. Sócio controlador da Aqüinor - Aqüicultura do Nordeste Ltda. Diretor Presidente de Ibitiguaia Agropecuária Ltda. - Fazenda Paraíso (MG) e Estância Miranda (MS). Diretor Presidente das seguintes instituições: Sociedade Israelita Brasileira - ORT e Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande. Presidente do Conselho de Administração da Colônia de Férias Henrique Lemle – Membro do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas.

Pedro Franco Piva - 008.308.448-72

Senador da República por São Paulo (1995-2002). Durante o mandato ocupou as cadeiras de: Presidência e Vice Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, membro titular das Comissões Mista de Orçamento, Economia, Relações Exteriores e Defesa Nacional, Infra- Estrutura, Fiscalização e Controle, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e suplente das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Educação. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A. Presidente da Presh S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Sócio Diretor de Santângo Agropecuária Ltda., Membro do Conselho de Administração de: Fundação Bial de São Paulo, Museu de Arte Moderna - MAM, Museu de Arte de São Paulo - MASP, Instituto de Estudos Avançados parra o Desenvolvimento Industrial - IEDI. Membro do Conselho de Empresários da América Latina – CEAL.

Celso Lafer - 001.913.298-00

Presidiu a FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – de 2007 a 2015 e integra desde 2005 o Conselho de Administração de Klabin. Professor emérito da Universidade de São Paulo e de seu Instituto de Relações Internacionais foi, até a sua aposentadoria em 2011, professor titular do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da USP, na qual estudou (1960-1964) e lecionou Direito Internacional e Filosofia do Direito. MA (1967) e PhD (1970) em Ciência Política na Cornell University (EUA); livre-docente em Direito Internacional Público (1977) e titular em Filosofia do Direito (1988) pela Faculdade de Direito da USP. É membro da Academia Brasileira de Ciências (desde 2004), da Academia Brasileira de Letras (desde 2006) e da Academia Paulista de Letras (desde 2015). Foi Ministro das Relações Exteriores (1992, 2001-2002) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (1999). Embaixador, Chefe da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e à Organização Mundial do Comércio em Genebra (1995-1998). Na OMC, foi Presidente de Órgão de Solução de Controvérsias (1996) e do Conselho Geral (1997). É doutor honoris-causa das universidades de Buenos Aires, Córdoba, Três de Febrero, Jean Moulin Lyon 3, Haifa e Birmingham. Recebeu em 2001, o prêmio Moinho Santista da Fundação Bunge na área de Relações Internacionais. Preside o Conselho do Museu Lasar Segall. De 2007 até julho de 2011 foi Vice-presidente do Conselho de Administração da Associação Pinacoteca Arte e Cultura de São Paulo e, desde 2012, integra seu Conselho Consultivo. De 2005 até 2011 foi membro do Conselho de Administração da Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Fundação OSESP) e atualmente integra o seu Conselho de Orientação. Foi Presidente do Conselho de Administração da Metal Leve S/A. Indústria e Comércio (1993-1995), Conselho que integrou desde 1971 e do qual foi Vice-Presidente.

Daniel Miguel Klabin - 008.143.777-34

Presidente de DARO Participações S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Sócio Diretor da DAMARO Comercial Agropecuária Ltda. Diretor da DARAM Participações Ltda. Membro do Comitê Estratégico do Capítulo Brasileiro do CEAL (Conselho de Empresários da América Latina), desde 1990. Membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério das Relações Exteriores. Fundador e 1º Presidente (1998), atual Vice-Presidente Emérito e Membro do Conselho Curador do CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais). Conselheiro de Administração de Klabin S.A. (Presidente nos exercícios de 1981, 1987, 1993, 1999, 2005 e 2011). Fundador e Presidente do Centro de História e Cultura Judaica (CHCJ). Membro do Conselho Superior e Benemérito da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) desde 2008.

Eduardo Lafer Piva - 029.198.238-76

Administrador de empresas, especializado em Administração Rural, é Diretor de PRESH S/A, L.P. Rural S/A e Fazenda Empyreo S/A e Santângo Agropecuária Ltda.

Francisco Lafer Pati - 256.483.558-90

Acionista e diretor de VFV Participações S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

Graziela Lafer Galvão - 012.072.688-28

Diretora e acionista da GL Holdings S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do grupo Klabin. Sócia, Diretora de Gepel Rural, sócia quotista de GL Agropecuária Ltda., sócia-gerente de Tantra Participações Ltda. e membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

Helio Seibel - 533.792.848-15

Graduado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV SP em 1975. Iniciou sua carreira na primeira loja de 180 m² da Leo Madeiras, localizada na Rua do Gasômetro, no bairro do Brás em São Paulo. Com mais de 40 anos de atuação no varejo e outros setores da economia montou a HSi, que é a holding que reúne seus investimentos. Cada empresa é operada independentemente e compartilham mutuamente de uma longa e bem sucedida história de gestão de negócios, são elas: Cia Ligna, Espaço Negócios Imobiliários, Blackwood, Empório Body Store, Vanguarda Agro, Gera Maranhão, Duratex, Leo Madeiras e Leroy Merlin. Atualmente é membro do Instituto para Desenvolvimento do Varejo – IDV e Young President's Organization – YPO/WPO.

Matheus Morgan Villares - 257.655.128-95

Dirige o escritório brasileiro da Temasek desde setembro de 2008. É responsável pelos investimentos no país, e membro do conselho da Hidrovias do Brasil S.A., da Klabin S.A. e da Burger King Brasil S.A. Antes de ingressar na Temasek, o Sr. Villares foi chefe de M&A, no Citigroup Capital Markets no Brasil, e foi responsável por M&A na América Latina, na Goldman Sachs & Co. Matheus possui um B.Sc. em Engenharia de Produção, pela Universidade de São Paulo, e MBA pela Booth School of Business, da Universidade de Chicago.

Marcelo Bertini de Rezende Barbosa - 813.071.527-91

Presidente da Cinemark Brasil, é formado em economia e pós-graduado em finanças pela PUC-RJ. Iniciou sua carreira no mercado financeiro na corretora do Banco Boavista. Posteriormente, passou por empresas como a IBM Brasil e a McKinsey. Em 1998, foi convidado para ser diretor financeiro e posteriormente vice-presidente financeiro da Cinemark no Brasil. Em janeiro de 2007, assumiu o cargo de presidente da rede após a promoção de Valmir Fernandes para presidente da Cinemark Internacional. É ainda Presidente da ABRAPLEX, associação que congrega os exibidores de multiplex do Brasil, e membro do comitê estratégico da Alshop - Associação Brasileira de Lojistas de Shopping, Membro Suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A., desde 2014

Israel Klabin - 008.143.857-53

Diretor Presidente de Glimdas Participações S.A., sócio gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Presidente da Fundação Eva Klabin e membro do Conselho de Administração de Klabin S.A.

Lilia Klabin Levine - 300.825.448-91

Presidente de LKL Participações S.A. e de Esli Participações S/A. - sócias gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresas holding do Grupo Klabin. Diretora de Jack Levine Participações Ltda. Acionista de Levine Participações S/A. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A.

Olavo Egydio Monteiro de Carvalho - 007.260.107-82

Conselheiro da Ultrapar desde dezembro/2002. Presidente do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A. desde 1996. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A. desde 1979. Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), 2005 – 2009. Presidente do Conselho de Empresário do Rio 2016, 2007 – 2009. Presidente do Conselho de Administração da Agência Rio-Negócios, 2009 - presente.

Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho - 040.443.368-57

Vice Presidente da GL Holdings S.A., sócio gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Diretor de Tantra Participações Ltda., GL Agropecuária Ltda. e GEPEL Rural Ltda. Acionista e membro dos Conselho de Administração da Drogasil S.A. e da Klabin S.A.

Luis Eduardo Pereira de Carvalho - 384.060.808-25

Engenheiro de produção graduado pela Escola Politécnica da USP, São Paulo (1970); MBA pela London Business School, Londres, Inglaterra (1974). Atuou como: Analista de Sistemas na Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (1970-72); Analista de Investimentos da Delta Metal Overseas Ltd. (1974-75); Gerente de Novos Negócios da Delta Metal S.A. (1975-80); Diretor Financeiro da PZM Comercial, Agrícola e Construtora Ltda. (1980-83); Vice Presidente Executivo da Carlos Pereira Indústrias Químicas S.A. (1983-93); Diretor da Boucinhas & Campos Consultores Ltda. (1993-98); Sócio-Diretor da Setape Assessoria Econômica Ltda. (desde 1999). Conselheiro Fiscal de Klabin S.A, no período de fevereiro/2007 até 10/03/2016 e Conselheiro de Administração desde 10/03/2016 até a presente data.

Camilo Marcantonio Junior - 978.145.710-49

Gestor de investimentos da Charles River Capital. Foi gerente da Bain & Company, tendo atuado por oito anos em consultoria de estratégia, e sócio-executivo do Astor Group, empresa atuante na área de fusões e aquisições. Graduiu-se em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Militar de Engenharia, recebendo a medalha Correia Lima, e possui um MBA com distinção pela Harvard Business School.

Vivian do Valle Souza Leão Mikui - 088.036.718-03

Bacharel em direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (1988) e formada em administração de empresas pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie (1998). Sócia do escritório de advocacia Leão e Tohmé Advogados Associados Ltda, há 15 anos. Membro do Conselho Fiscal de Klabin S.A. desde março/2005.

João Adamo Junior - 132.904.408-85

Diretor Fundador e Gestor Possui 26 anos de experiência no mercado financeiro. É gestor CVM e membro do Comitê Executivo e de Investimentos da Cadence Gestora de Recursos. Atuou em diversos cargos de direção em renomadas instituições, tais como: vice-presidente de produtos estruturados do Banco Fenícia, entre 1993 à 1997; Chefe de produtos estruturados do Deutsche Bank de 1997 à 2000; fundador da joint venture Maxblue DTVM do Deutsche Bank com o Banco do Brasil onde atuou como CEO; foi chefe-adjunto da plataforma de produtos de wealth management no UBS São Paulo entre de 2003 à 2007, no ano de 2006 também atuou como executivo sênior na integração do Banco Pactual com a plataforma mundial do UBS e, em 2007 como diretor executivo da Vision Brazil Investments; foi diretor e membro do comitê executivo da Mainstay Asset Management e membro do conselho fiscal da Net entre 2012 e 2013. Foi sócio fundador More Invest Gestora de Recursos. Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em Administração de Empresas pela FGV-EAESP.

Antonio Marcos Vieira Santos - 053.610.478-64

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade São Judas Tadeu -São Paulo-SP, concluído em 1987, com atuação na área contábil desde 1985 e na área financeira há mais de 20 anos, tendo ocupado cargos intermediários e de chefia em empresas como: Siemens e McCann Erickson Publicidade. Membro do Conselho Fiscal de Klabin S.A. desde abril de 1998.

Carlos Alberto Alves - 330.547.627-34

Graduado em Administração de Empresas pela Faculdades Integradas Anglo Americanas, e Pós Graduação em Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas, iniciou carreira profissional em setembro de 1978 na Cia Cervejaria Brahma (Ambev) de onde saiu como Contador em fevereiro de 1998. Em março de 1998 ingressou na empresa Moinhos Cruzeiro do Sul – Filial Rio de Janeiro permanecendo até outubro de 1999 no Cargo de Gerente Administrativo e Financeiro. Em Dezembro de 1999 assumiu o cargo de Coordenador Financeiro na Telemar Regional Espírito Santo, em agosto de 2001 foi transferido para a Regional Minas assumindo o cargo de Gerente de Controladoria, sendo transferido para a Regional Rio de Janeiro, com o mesmo cargo em junho de 2002 de onde se desligou em dezembro de 2003. Membro suplente do Conselho Fiscal de Klabin S.A. desde março/2005.

João Alfredo Dias Lins - 027.023.637-68

Graduado em ciências contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Junior, Rio de Janeiro, RJ, em 30 de julho de 1970. Iniciou sua carreira profissional em 1962 na empresa de auditoria externa Price Waterhouse & Peat, atual PriceWaterhouseCoopers, de onde saiu em abril de 1971 como gerente de auditoria. Ingressou em Klabin Irmãos & Cia. em maio do mesmo ano, desligando-se em dezembro de 1980, passando a exercer a atividade de consultor de empresas. Em 1988 cursou o Advanced Management Programme, ministrado pelo Institut Européen d'Administration des Affaires - INSEAD, em Fontainebleau, França. Conselheiro Fiscal de Klabin S.A. desde 13 de janeiro de 1981. Vice-Presidente do Conselho Curador da Fundação Getúlio Vargas. Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS.

Wolfgang Eberhard Rohrbach - 016.771.448-15

Ingressou na Monteiro Aranha S.A. em 1973 com atuação focada no acompanhamento de suas participações acionárias, ocupando cargos de controller na empresa e de conselheiro fiscal/diretor em coligadas. No passado, entre outros, foi membro do conselho fiscal da Volkswagen do Brasil S.A., Ericsson Telecomunicações S.A., Oxiten S.A., bem como diretor de empresa do agrobusiness. Atualmente, além de Controller de Monteiro Aranha S.A., é conselheiro fiscal de Klabin S.A.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Cristina Ribeiro Sobral Sarian	Comitê de Risco	Membro do Comitê (Efetivo)	Administradora de Empresas	27/04/2016	1 ano	100.00%
153.083.548-80				27/04/2016	1	
Membro dos Comitês de Orçamento, de Acompanhamento do Projeto Puma e de Remuneração de Executivos.						
José Aparecido Calsavara	Comitê de Risco	Membro do Comitê (Efetivo)	Contabilista	27/04/2016	1 ano	100.00%
031.999.098-25				27/04/2016	1	
Gerente de Auditoria e Gestão de Riscos						
Luis Eduardo Pereira de Carvalho	Comitê de Risco	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro de Produção	27/04/2016	1 ano	100.00%
384.060.808-25				27/04/2016	1	
Membro do Conselho de Administração						
Reinoldo Poernbacher	Comitê de Risco	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Químico	27/04/2016	1 ano	100.00%
003.976.440-00				27/04/2016	1	
Membro do Conselho de Administração						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Cristina Ribeiro Sobral Sarian - 153.083.548-80						
Atua há 20 anos no mercado financeiro como analista (sell side e buy side) e gestora de investimentos em renda variável. Participa do Conselho de Administração da RaiaDrogasil como suplente e faz parte dos Comitês de Estratégia e de Finanças. Na Klabin é membro dos Comitês de Remuneração de Executivos, de Acompanhamento do Projeto Puma, de Orçamento e de Risco. É formada em Administração de Empresas pela FGV e tem MBA em Finanças pelo Ibmecc.						
A Sra. Cristina Sarian, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:						
1. Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;						
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;						
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;						
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..						
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.						
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.						
José Aparecido Calsavara - 031.999.098-25						

Atua a mais de 20 anos na carreira de auditor, tendo iniciado na Deloitte e posteriormente PwC, Alpargatas, Brasinca, Sandoz. Está na Klabin desde 1997, sendo responsável pelas equipes de auditoria interna, controles internos, gestão de riscos e ouvidoria. Formado em Ciências Contábeis pela Fapesp e com MBA em controladoria pela USP.

O Sr. José Aparecido, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:

1. Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Luis Eduardo Pereira de Carvalho - 384.060.808-25

Engenheiro de produção graduado pela Escola Politécnica da USP, São Paulo (1970); MBA pela London Business School, Londres, Inglaterra (1974). Atuou como: Analista de Sistemas na Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (1970-72); Analista de Investimentos da Delta Metal Overseas Ltd. (1974-75); Gerente de Novos Negócios da Delta Metal S.A. (1975-80); Diretor Financeiro da PZM Comercial, Agrícola e Construtora Ltda. (1980-83); Vice Presidente Executivo da Carlos Pereira Indústrias Químicas S.A. (1983-93); Diretor da Boucinhas & Campos Consultores Ltda. (1993-98); Sócio-Diretor da Setape Assessoria Econômica Ltda. (desde 1999). Conselheiro Fiscal de Klabin S.A (desde fevereiro/2007).

O Sr. Luis Eduardo, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:

1. Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Reinoldo Poernbacher - 003.976.440-00

Engenheiro Químico, ingressou na Petrobrás em 1967. Atuou na indústria química e petroquímica. Exerceu cargos de direção na Cia Química Meacril, na Copener – Copene Energética S.A. e na Norcell S.A. De 1994 a 1999 exerceu cargos de direção na então Klabin Bacell e, desde então, ocupou o cargo de Diretor Gerente da Unidade de Negócios Klabin Florestal e Diretor da Área de Supply Chain da Klabin S.A. Diretor Geral de Klabin S.A. de março de 2008 a fevereiro de 2011. Eleito membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A. em Abril de 2012.

O Sr. Reinoldo Poernbacher, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:

1. Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho Vice-Presidente	040.443.368-57	GL Holdings S/A	53.728.895/0001-41	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Graziela Lafer Galvão Presidente	012.072.688-28	GL Holdings S/A	53.728.895/0001-41	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Armando Klabin Presidente	008.144.407-97	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Israel Klabin Diretor	008.143.857-53	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Armando Klabin Presidente	008.144.407-97	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Miguel Kabin Diretor	008.143.777-34	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Miguel Klabin Presidente	008.143.777-34	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Armando Klabin Diretor	008.144.407-97	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Miguel Klabin Presidente	008.143.777-34	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Israel Klabin Diretor	008.143.857-53	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Israel Kabin Presidente	008.143.857-53	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Armando Klabin Diretor	008.144.407-97	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Israel Kabin Presidente	008.143.857-53	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Miguel Kabin Diretor	008.143.777-34	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Vera Lafer Presidente	380.289.138-49	VFV Participações S/A	72.872.146/0001-38	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Francisco Lafer Pati Diretor	256.483.558-90	VFV Participações S/A	72.872.146/0001-38	
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Israel Kabin Presidente	008.143.857-53	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Alberto Klabin Acionista	261.062.567-72	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Miguel Klabin Presidente	008.143.777-34	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Amanda Klabin Tkacz Acionista	047.868.957-84	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Lília Klabin Levine Presidente	300.825.448-91	LKL Participações S/A	00.288.075/0001-10	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Roberto Klabin Martins Xavier Diretor	153.181.088-81	LKL Participações S/A	00.288.075/0001-10	
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Pedro Franco Piva Presidente	008.308.448-72	Presh S/A	53.728.903/0001-50	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Horacio Lafer Piva Diretor	038.613.618-17	Presh S/A	53.728.903/0001-50	
Observação				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2016Administrador do Emissor

Fabio Schvartsman

940.563.318-04

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor Geral

Pessoa Relacionada

Ikapê Empreendimentos Ltda.

81.399.230/0001-77

Diretor

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Antonio Sergio Alfano

875.349.248-04

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pessoa Relacionada

Ikapê Empreendimentos Ltda.

81.399.230/0001-77

Diretor

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Arthur Canhisares

021.861.148-01

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor Executivo

Pessoa Relacionada

Ikapê Empreendimentos Ltda.

81.399.230/0001-77

Diretor

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cristiano Cardoso Teixeira	128.996.528-50	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Ikapê Empreendimentos Ltda.	81.399.230/0001-77		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Geral			
Pessoa Relacionada			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	76.171.479/0001-90		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	76.171.479/0001-90		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Arthur Canhisares	021.861.148-01	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda. Diretor	76.171.479/0001-90		
Observação			

Administrador do Emissor			
Cristiano Cardoso Teixeira Diretor Executivo	128.996.528-50	Prestação de serviço	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda. Diretor	76.171.479/0001-90		
Observação			

Administrador do Emissor			
Fabio Schvartsman Diretor Geral	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Klabin Florestal Ltda. Diretor	76.171.453/0001-42		
Observação			

Administrador do Emissor			
Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro e de Relação com Investidores	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Klabin Florestal Ltda. Diretor	76.171.453/0001-42		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Arthur Canhisares	021.861.148-01	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Florestal Ltda.	76.171.453/0001-42		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Cristiano Cardoso Teixeira	128.996.528-50	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Florestal Ltda.	76.171.453/0001-42		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Fitoprodutos Ltda.	19.013.389/0001-38		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Arthur Canhisares	021.861.148-01	Prestação de serviço	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Executivo			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Fitoprodutos Ltda.	19.013.389/0001-38		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Geral			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Monterla Holdings S.A.	05.867.677/0001-45		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Cristiano Cardoso Teixeira	128.996.528-50	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Monterla Holdings S.A.	05.867.677/0001-45		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Monterla Holdings S.A.	05.867.677/0001-45		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Florestal Vale do Corisco Ltda	04.788.536/0001-74		
Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Florestal Vale do Corisco Ltda	04.788.536/0001-74		
Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Geral			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Limited			
Diretor			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Limited			
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Geral			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Trade			
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Trade			
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Forest Products Company	89.637.490/0001-45		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Geral			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Forest Products Company	89.637.490/0001-45		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Geral			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Finance			
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Finance			
Diretor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Exercício Social 31/12/2015

Administrador do Emissor

Fabio Schvartsman
Diretor Geral

940.563.318-04

Prestação de serviço

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Ikapê Empreendimentos Ltda.
Diretor

81.399.230/0001-77

Observação

Administrador do Emissor

Antonio Sergio Alfano
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

875.349.248-04

Prestação de serviço

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Ikapê Empreendimentos Ltda.
Diretor

81.399.230/0001-77

Observação

Administrador do Emissor

Arthur Canhisares
Diretor Executivo

021.861.148-01

Prestação de serviço

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Ikapê Empreendimentos Ltda.
Diretor

81.399.230/0001-77

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Cristiano Cardoso Teixeira	128.996.528-50	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ikapê Empreendimentos Ltda	81.399.230/0001-77		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Geral			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	76.171.479/0001-90		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	76.171.479/0001-90		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Arthur Canhisares	021.861.148-01	Prestação de serviço	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Executivo			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	76.171.479/0001-90		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Cristiano Cardoso Teixeira	128.996.528-50	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	76.171.479/0001-90		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Geral			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Florestal Ltda.	76.171.453/0001-42		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Florestal Ltda.	76.171.453/0001-42		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Arthur Canhisares	021.861.148-01	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Klabin Florestal Ltda.	76.171.453/0001-42		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Cristiano Cardoso Teixeira	128.996.528-50	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Klabin Florestal Ltda.	76.171.453/0001-42		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Klabin Fitoprodutos Ltda.	19.013.389/0001-38		
Diretor			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Arthur Canhisares Diretor Executivo	021.861.148-01	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Fitoprodutos Ltda. Diretor	19.013.389/0001-38		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Cristiano Cardoso Teixeira Diretor Executivo	128.996.528-50	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Fitoprodutos Ltda. Diretor	19.013.389/0001-38		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman Diretor Geral	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Monterla Holdings S.A. Diretor	05.867.677/0001-45		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Cristiano Cardoso Teixeira Diretor Executivo	128.996.528-50	Prestação de serviço	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Monterla Holdings S.A.	05.867.677/0001-45		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Monterla Holdings S.A.	05.867.677/0001-45		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Geral			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Florestal Vale do Corisco Ltda	04.788.536/0001-74		
Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Florestal Vale do Corisco Ltda	04.788.536/0001-74		
Conselho de Administração			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Geral			

Pessoa Relacionada

Klabin Limited
Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			

Pessoa Relacionada

Klabin Limited
Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Geral			

Pessoa Relacionada

Klabin Trade
Diretor

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Klabin Trade			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Klabin Forest Products Company	89.637.490/0001-45		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Klabin Forest Products Company	89.637.490/0001-45		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Geral			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Klabin Finance

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Antonio Sergio Alfano

875.349.248-04

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Pessoa Relacionada

Klabin Finance

Diretor

Observação

Exercício Social 31/12/2014

Administrador do Emissor

Antonio Sergio Alfano

875.349.248-04

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Pessoa Relacionada

Ikapê Empreendimentos Ltda

81.399.230/0001-77

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Antonio Sergio Alfano

875.349.248-04

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Pessoa Relacionada

Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.

76.171.479/0001-90

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Klabin Florestal Ltda.	76.171.453/0001-42		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Monterla Holdings S.A.	05.867.677/0001-45		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Klabin Fitoprodutos Ltda.	19.013.389/0001-38		
Diretor			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Florestal Vale do Corisco Ltda	04.788.536/0001-74		
Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Geral			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ikapê Empreendimentos Ltda.	81.399.230/0001-77		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Geral			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	76.171.479/0001-90		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Geral			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Florestal Ltda. Diretor	76.171.453/0001-42		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman Diretor Geral	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Monterla Holdings S.A. Diretor	05.867.677/0001-45		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman Diretor Geral	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Florestal Vale do Corisco Ltda Conselho de Administração	04.788.536/0001-74		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Arthur Canhisares Diretor Executivo	021.861.148-01	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ikapê Empreendimentos Ltda. Diretor	81.399.230/0001-77		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Arthur Canhisares	021.861.148-01	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	76.171.479/0001-90		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Arthur Canhisares	021.861.148-01	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Klabin Florestal Ltda.	76.171.453/0001-42		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Arthur Canhisares	021.861.148-01	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Klabin Fitoprodutos Ltda.	19.013.389/0001-38		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cristiano Cardoso Teixeira	128.996.528-50	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Ikapê Empreendimentos Ltda.	81.399.230/0001-77		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Cristiano Cardoso Teixeira	128.996.528-50	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	76.171.479/0001-90		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Cristiano Cardoso Teixeira	128.996.528-50	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Klabin Florestal Ltda.	76.171.453/0001-42		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Cristiano Cardoso Teixeira	128.996.528-50	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Monterla Holdings S.A. Diretor	05.867.677/0001-45		
Observação			

Administrador do Emissor			
Fabio Schvartsman Diretor Geral	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Klabin Limited Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro e de Relação com Investidores	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Klabin Limited Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Fabio Schvartsman Diretor Geral	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Klabin Trade Diretor			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Trade			
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Forest Products Company	89.637.490/0001-45		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Forest Products Company	89.637.490/0001-45		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Schvartsman	940.563.318-04	Prestação de serviço	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Geral			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Finance			
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin Finance			
Diretor			
<u>Observação</u>			

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária.

a) objetivos da política ou prática de remuneração;

- Ter um plano de remuneração (Salário base, Bônus, Benefícios) que recompense adequadamente nossos profissionais, respeitando a legislação vigente, de forma a assegurar o equilíbrio interno, a viabilidade econômica e o nível de competitividade de acordo com os parâmetros do mercado.
- Alinhar os planos de remuneração dos empregados com as estratégias da empresa e seus resultados (globais, divisionais e individuais), definindo responsabilidades e critérios para a avaliação de desempenho, com base no estabelecimento de metas e prazos bem como métodos para o acompanhamento do desempenho obtido.
- Suportar de forma objetiva e eficaz as decisões sobre remuneração quanto ao planejamento, desenvolvimento, reconhecimento e recompensas.

b) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Os membros do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia recebem um honorário fixo mensal, e outros benefícios, tais como seguro de vida, assistência médica e farmácia.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia recebem uma remuneração fixa mensal e outros benefícios, tais como seguro de vida, assistência médica, farmácia, vale refeição, previdência privada e check-up. Além dos itens já citados recebem remuneração variável de curto e longo prazo anual baseada nos resultados da empresa e desempenho individual, e FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Diretoria Não Estatutária

Os membros da Diretoria não estatutária da Companhia recebem uma remuneração fixa mensal, outros direitos legais previstos na legislação, tais como férias, 13º salário, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Bem como benefícios tais como seguro de vida, assistência médica e odontológica, farmácia, vale alimentação, vale refeição, previdência privada e check-up. Além dos itens já citados, remuneração variável de curto e longo prazo baseada nos resultados da empresa e desempenho individual.

Comitê de Riscos

Os membros do Comitê de Riscos não recebem remuneração direta e relacionada à sua participação no órgão.

A remuneração recebida por cada integrante do Comitê é oriunda de outro cargo exercido na Companhia.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

Honorários Fixos: 93,7%

Benefícios: 6,3%

Conselho de Fiscal

Honorários Fixos: 94,7%

Benefícios: 5,3%

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: 35,7%

Remuneração Variável de curto prazo: 37,5%

Remuneração Variável de longo prazo: 20,5%

Benefícios: 6,3%

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa: 43,8%

Remuneração Variável de curto prazo: 31,9%

Remuneração Variável de longo prazo: 15,9%

Benefícios: 8,4%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Em Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia é fixado o montante anual que será empregado na remuneração global de seus administradores.

A Hay Group do Brasil é a consultoria contratada para realização de uma pesquisa anual composta por empresas com características similares a Companhia e reconhecidas no mercado, onde é analisada a competitividade da remuneração de nossos profissionais frente ao mercado selecionado. Essa pesquisa subsidia eventuais necessidades de reajustes dos nossos profissionais.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são (i) atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais da Companhia; (ii) estar alinhada à prática de mercado e legislação vigente; (iii) ser economicamente viável; (iv) reconhecer por desempenho individual e da organização; e (v) buscar o comprometimento com os resultados e alinhamento com os objetivos da Companhia.

v) existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

Todos os membros são remunerados.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Na determinação da remuneração, são levados em consideração: (i) salário base e benefícios: práticas de mercado e legislação vigente; (ii) remuneração variável: composto de indicadores de desempenho como EBITDA, Receita Líquida, Capital de Giro e metas individuais (custo fixo, volume de produção, volume de vendas, qualidade, índice ambiental, entre outros).

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é estruturada conforme abaixo exposto:

- 50% são vinculados ao indicador de desempenho EBITDA.
- 15% são vinculados ao indicador de desempenho Receita Líquida.
- 10% são vinculados ao indicador de desempenho Capital de Giro;
- 25% vinculados a metas individuais contratadas no início de cada ano. No final de cada ano é realizada a apuração do desempenho para verificar se o resultado anual foi atingido.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazos

No curto prazo a Companhia busca alinhamento através de salários e pacotes de benefícios compatíveis

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

com o mercado. No médio prazo: por meio do pagamento de remuneração variável composta por indicadores de desempenho operacionais globais e individuais, alinhados ao plano anual da empresa (Conforme item “d” acima). Busca também alinhamento e convergência de interesse entre empresa e colaboradores fortalecendo o comprometimento de longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração ou benefícios suportados por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefícios vinculados a ocorrência de evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	6,00	5,00	24,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	14.326.993,00	13.809.650,34	1.660.958,00	29.797.601,34
Benefícios direto e indireto	1.019.175,47	1.617.694,99	112.519,10	2.749.389,56
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2.865.398,60	2.761.930,07	332.191,60	5.959.520,27
Descrição de outras remunerações fixas	INSS ônus da empresa	INSS ônus da empresa	INSS ônus da empresa	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	15.458.811,75	0,00	15.458.811,75
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.091.762,35	0,00	3.091.762,35
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS ônus da empresa		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.193.893,47	0,00	5.193.893,47
Observação				
Total da remuneração	18.211.567,07	41.933.742,97	2.105.668,70	62.250.978,73

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,75	0,06	5,00	17,81
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	11.799.793,00	8.466.215,00	1.660.958,00	21.926.966,00
Benefícios direto e indireto	800.062,57	1.440.072,08	92.894,38	2.333.029,03
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2.359.958,60	1.693.243,00	332.191,60	4.385.393,20

Descrição de outras remunerações fixas	INSS ônus da empresa	INSS ônus da empresa	INSS ônus da empresa	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	10.276.709,73	0,00	10.276.709,73
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.055.341,95	0,00	2.055.341,95
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS ônus da empresa		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.841.699,88	0,00	3.841.699,88
Observação				
Total da remuneração	14.959.814,17	27.773.281,64	2.086.043,98	44.819.139,79

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,92	5,67	5,00	23,59
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	11.965.681,00	10.622.066,67	1.660.958,00	24.248.705,67
Benefícios direto e indireto	631.311,76	1.200.911,37	83.888,91	1.916.112,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2.393.136,20	2.124.413,33	332.191,60	4.849.741,13
Descrição de outras remunerações fixas	INSS ônus da empresa	INSS ônus da empresa	INSS ônus da empresa	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.054.740,69	0,00	9.054.740,69
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.810.948,14	0,00	1.810.948,14

Descrição de outras remunerações variáveis		INSS ônus da empresa		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.214.137,88	0,00	4.214.137,88
Observação	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	14.990.128,96	29.027.218,08	2.077.038,51	46.094.385,55

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,75	6,00	5,00	23,75
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	11.873.859,40	7.614.885,01	1.405.428,00	20.894.172,41
Benefícios direto e indireto	596.713,43	1.142.459,18	89.900,05	1.829.072,66
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2.364.624,20	1.511.912,34	332.191,60	4.208.728,14
Descrição de outras remunerações fixas	O INSS ônus da empresa.	O INSS ônus da empresa.	O INSS ônus da empresa.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	10.154.970,00	0,00	10.154.970,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.901.164,58	0,00	1.901.164,58
Descrição de outras remunerações variáveis		O INSS ônus da empresa.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.276.434,18	0,00	3.276.434,18

Observação	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	14.835.197,03	25.601.825,29	1.827.519,65	42.264.541,97

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Previsão 2017 (em R\$):

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	13,00	6,00	5,00	24,00
Nº de membros remunerados	13,00	6,00	5,00	24,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		R\$ 3.366.413,91		R\$ 3.366.413,91
Valor máximo previsto no plano de remuneração		R\$ 15.458.811,75		R\$ 15.458.811,75
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas		R\$ 10.305.874,50		R\$ 10.305.874,50
Valor efetivamente reconhecido				
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido				

Efetivo 2016 (em R\$):

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	12,75	6,00	5,00	23,75
Nº de membros remunerados	12,75	6,00	5,00	23,75
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		R\$ 1.791.818,45		R\$ 1.791.818,45
Valor máximo previsto no plano de remuneração		R\$ 16.529.181,15		R\$ 16.529.181,15
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas		R\$ 11.019.454,10		R\$ 11.019.454,10
Valor efetivamente reconhecido		R\$ 10.276.709,73		R\$ 10.276.709,73
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido				

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Efetivo 2015 (em R\$):

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	12,92	5,67	5	23,58
Nº de membros remunerados		5,67		5,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		R\$ 1.557.096,78		R\$ 1.557.096,78
Valor máximo previsto no plano de remuneração		R\$ 13.945.867,60		R\$ 13.945.867,60
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas		R\$ 9.961.334,00		R\$ 9.961.334,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado		R\$ 9.054.740,69		R\$ 9.054.740,69
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado				

Efetivo 2014 (em R\$):

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	12,75	6	5	23,75
Nº de membros remunerados		6		6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		R\$ 1.359.758,73		R\$ 1.359.758,73
Valor máximo previsto no plano de remuneração		R\$12.553.237,40		R\$ 12.553.237,40
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas		R\$ 8.368.824,93		R\$ 8.368.824,93
Valor efetivamente reconhecido no resultado		R\$ 10.154.970,40		R\$ 10.154.970,40
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado				

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

a) Termos e condições gerais

O plano de Remuneração Variável de Longo Prazo foi aprovado em 10 de Julho de 2012 através de Assembleia Geral Extraordinária que contempla o direito do executivo em converter parte de seu bônus na aquisição de ações preferenciais da empresa (50% a 75%) mantidas em tesouraria.

Em contra partida a Companhia fará o *matching* das ações adquiridas pelo executivo na ordem de 100%, através de “Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Usufruto e outros pactos”, sobre o número de ações adquiridas pelo executivo mediante apresentação do “Instrumento Particular de Compromisso de Aquisição de Ações em Tesouraria e Outros pactos”.

Através do Usufruto será reconhecido ao Executivo o direito à percepção de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos às ações gravadas pelo usufruto, desde que devidamente declarados e aprovados pelos órgãos societários da Empresa, nos termos da lei, de seu estatuto social e de seus regulamentos internos.

b) Principais objetivos do plano

A utilização desse instrumento tem por finalidade remunerar os profissionais vinculados à Companhia, promovendo o alinhamento de interesses, aumentando o comprometimento dos beneficiários com a obtenção de resultados para a Companhia e seus acionistas.

c) Forma de como o plano contribui para esses objetivos

O plano alinha os interesses dos profissionais aos interesses da Administração, fazendo com que estes se sintam engajados no atingimento das metas estabelecidas.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A remuneração de colaboradores mediante a outorga de ações é largamente praticada pelas companhias no Brasil e no exterior, mantendo a remuneração da Companhia competitiva no mercado, além de alinhar a remuneração com a estratégia da Companhia.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha a remuneração dos empregados com as estratégias da empresa e seus resultados (globais, divisionais e individuais), definindo responsabilidades e critérios para a avaliação de desempenho, com base no estabelecimento de metas e prazos bem como métodos para o acompanhamento do desempenho obtido, tanto nas metas anuais (curto prazo) quanto de longo prazo no período que as ações estão em regime de outorga.

f) Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas no Plano não excede a quantidade de ações mantidas em Tesouraria, vista que são estas aquelas cedidas aos profissionais no Plano, sendo as ações mantidas em tesouraria não excedentes a 10% das ações emitidas pela Companhia mantidas em circulação.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

O plano previsto pela Companhia não oferece opções.

h) Condições de aquisição de ações

Pelo Plano, o executivo tem o direito em converter parte de seu bônus na aquisição de ações preferenciais da empresa (50% a 75%)

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

mantidas em tesouraria.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O valor de aquisição das ações em tesouraria será obtido pela média das cotações de valor de mercado dos últimos 60 pregões das ações da Companhia, ou de sua cotação na data de aquisição, dos dois o menor. O valor das ações que são cedidas em usufruto correspondem a cotação das ações no dia da operação.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

As ações adquiridas são mantidas pelo executivo por 3 anos.

k) Forma de liquidação

As cláusulas para que a transferência das ações outorgadas seja consumada estabelecem a permanência do beneficiário na Companhia e não alienação das ações adquiridas na adesão do Plano. Advindo prazo de 3 anos, sem as restrições previstas no plano, a Companhia transferirá a sua propriedade das ações ao executivo, consolidando-se sua propriedade plena em seu favor. As ações outorgadas também podem ser imediatamente cedidas em caso de demissão por iniciativa da Companhia, aposentadoria ou falecimento do beneficiário, neste último caso passando o direito das ações ao espólio.

l) Restrições à transferência das ações

As ações outorgadas e ações adquiridas em tesouraria devem ser mantidas pelo executivo pelo prazo de 3 anos.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Constituirá condição resolutiva do usufruto o descumprimento do executivo de qualquer das seguintes obrigações: a) permanência do Executivo como administrador ou colaborador da Empresa, em regime de dedicação integral pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da data do presente Instrumento; b) abstenção do Executivo de participação e de vinculação, sob qualquer forma ou a qualquer título, a sociedades ou entidades que exerçam ou venham a exercer atividade concorrente com a da Empresa; c) a não alienação pelo Executivo das ações adquiridas através do Instrumento Particular de Compromisso de Aquisição de Ações em Tesouraria e outros Pactos pelo prazo de 3 (três) anos.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caso o Executivo se desvincule da Empresa, por iniciativa própria ou por demissão por justa causa, antes do termo final do prazo estabelecido, o usufruto será considerado extinto independentemente de qualquer aviso ou notificação, cabendo à Empresa formalizar o cancelamento da averbação do Usufruto, determinando expressamente tal medida ao agente escriturador das ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.5. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária:

a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

- (I) em aberto no início do exercício social;
- (II) perdidas durante o exercício social;
- (III) exercidas durante o exercício social;
- (IV) expiradas durante o exercício social;

d) valor justo das opções na data de outorga; e) valor justo das opções na data de outorga; e f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

O item 13.5 não é aplicável ao Plano de Ações concedido pela Companhia, vide informações adicionais no item 13.16 deste Formulário.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.6. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e da diretoria estatutária:

- a) órgão;**
- b) número de membros;**
- c) número de membros remunerados;**
- d) em relação às opções não exercíveis;**
 - (i) quantidade;**
 - (ii) data que se tornarão exercíveis;**
 - (iii) prazo máximo para exercício das opções;**
 - (iv) prazo de restrição à transferência das ações;**
 - (v) prazo médio ponderado de exercício;**
 - (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e**
- e) em relação às opções exercíveis;**
 - (I) quantidade;**
 - (II) prazo máximo para exercício das opções;**
 - (III) prazo de restrição à transferência das ações;**
 - (IV) preço médio ponderado de exercício;**
 - (V) valor justo das opções no último dia do exercício social;**
 - (VI) valor justo do total das opções no último dia do exercício social;**

O item 13.6 não é aplicável ao Plano de Ações concedido pela Companhia, vide informações adicionais no item 13.16 deste Formulário.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária:

- a) órgão;**
- b) número de membros;**
- c) número de membros remunerados;**
- d) em relação às opções exercidas informar:**
 - (i) número de ações;**
 - (ii) preço médio ponderado de exercício; e**
 - (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; e**
- e) em relação às ações entregues informar:**
 - (I) número de ações;**
 - (II) preço médio ponderado de aquisição; e**
 - (III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas;**

O item 13.7 não é aplicável ao Plano de Ações concedido pela Companhia, vide informações adicionais no item 13.16 deste Formulário.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - método de precificação do valor das ações e das opções:

- a) modelo de precificação;**
- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;**
- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; e**
- d) forma de determinação da volatilidade esperada;**
- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:**

O valor de aquisição de cada uma das Ações em Tesouraria pelos executivos beneficiários do plano concedido pela Companhia é obtido da média das cotações de fechamento dos Certificados de Depósito de Ações ("Units") da Klabin (KLBN11), nos 60 (sessenta) pregões anteriores ao dia da efetivação da compra, na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), ou pelo seu valor de mercado na data da negociação, o que for menor.

O valor das ações mantidas em regime de outorga corresponde a cotação das ações no dia da outorga.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

O quadro abaixo demonstra a quantidade de ações da Companhia em 31 de dezembro de 2016 detidas direta ou indiretamente por membros da Administração:

Nome	Quantidade de Ações					
	ON (mil)	% ON	PN (mil)	% PN	Total (mil)	% Total
Conselho de Administração	42.689	2,31	166.041	5,76	208.730	4,41
Diretoria	3.198	0,17	12.793	0,44	15.991	0,34
Conselho Fiscal	0	0,00	17.100	0,00	17.100	0,00

Nenhum dos administradores da Companhia detém diretamente ações ou cotas em controladas ou empresas sob controle comum da Companhia. A sua participação nestas empresas dá-se somente de forma indireta, através das ações detidas por estes na Companhia, a qual por sua vez, detém participação nestas sociedades.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Diretoria Estatutária
a) N° total de membros	6
b) N° de membros remunerados	6
c) Nome do Plano	PACK – Plano de Aposentadoria Complementar Klabin
d) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	3
e) Condições para se aposentar antecipadamente	Ter 55 anos de idade
f) Valor acumulado atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 10.424.425,22
g) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 1.045.624,25
h) Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não

O PACK não é conferido aos membros do Conselho de Administração.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	6,00	5,67	6,00	129.212,75	12,92	12,75	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	6,00	5,67	6,00	12,75	12,92	12,75	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	11.152.363,26	10.545.221,99	6.395.339,49	1.472.830,67	1.335.778,06	1.241.333,06	422.290,99	438.346,23	406.693,68
Valor da menor remuneração(Reais)	2.772.766,25	558.872,72	1.716.192,18	609.526,04	610.312,66	475.886,04	138.923,91	401.116,06	85.163,56
Valor médio da remuneração(Reais)	4.628.880,27	5.122.450,25	4.266.970,88	1.173.318,76	1.160.526,11	1.163.544,87	417.208,80	415.407,70	365.503,93

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2016	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.
31/12/2015	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.
31/12/2014	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2016	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.
31/12/2015	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.
31/12/2014	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.

Conselho Fiscal	
31/12/2016	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.
31/12/2015	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.
31/12/2014	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição de cargo ou de aposentadoria

A Companhia não tem instrumentos contratados para mecanismos de remuneração por destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	% referente aos controladores
	2016
Diretoria Estatutária	-
Conselho de Administração	60,85%
Conselho Fiscal	-

Órgão	% referente aos controladores
	2015
Diretoria Estatutária	-
Conselho de Administração	59,97%
Conselho Fiscal	-

Órgão	% referente aos controladores
	2014
Diretoria Estatutária	-
Conselho de Administração	68,78%
Conselho Fiscal	-

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**13.14. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não há valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**13.15. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Não há valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. Outras informações relevantes

Plano de Outorga de Ações

Em razão das especificações do Plano de Outorga de Ações concedido pela Companhia, alguns itens deste Formulário, tais como 13.5 e 13.6 não são aplicáveis. Porém, a Companhia apresenta abaixo, além das informações já prestadas nos itens 13.4, 13.7 e 13.8 informações adicionais aos planos já pactuados para melhor entendimento.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2012, foi aprovado o Programa de Outorga de Ações (“Plano”) como benefício a membros da diretoria e colaboradores estratégicos da Companhia excluindo acionistas controladores, devidamente autorizado pela CVM através do OFICIO/CVM/SEP/GEA-2/No 221/2012.

De acordo com o referido Plano, a Companhia estabeleceu que os diretores poderão utilizar um percentual de 25% a 70% de sua remuneração variável para aquisição de ações mantidas em tesouraria, onde a Companhia concederá o usufruto de mesma quantidade de ações ao adquirente por três anos, passando a propriedade nua das ações aos mesmos após 3 anos, desde que cumpridas as cláusulas estabelecidas no Plano (vide item 13.4 deste Formulário). Não há opções no Plano oferecido. O usufruto concede ao beneficiário o direito aos dividendos distribuídos no período em que o benefício estiver válido.

O valor de aquisição das ações em tesouraria pelos beneficiários do Plano será obtido pela média das cotações de valor de mercado dos últimos 60 pregões das ações da Companhia, ou de sua cotação na data de aquisição, dos dois o menor. O valor das ações concedidas em usufruto corresponde a cotação das ações em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo no dia da operação, determinando o valor justo da operação.

As ações outorgadas e a despesa proporcional ao prazo de outorga, reconhecida no resultado é acumulada no patrimônio líquido no grupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, até o fim da outorga, seja pelo vencimento do prazo de três anos, ou qualquer outra cláusula do Plano que encerre a outorga. Não há diluição de ações prevista no plano de Outorga de Ações cedido pela Companhia, visto que o plano prevê somente a Outorga de ações de própria emissão mantidas em Tesouraria, sem a previsão da emissão de novas ações.

O quadro abaixo apresenta as informações dos planos pactuados, sendo estes somente oferecido aos membros da Diretoria Estatutária, não havendo planos pactuados entre membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	Plano 2011	Plano 2012	Plano 2013	Plano 2014	Plano 2015
Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Número de membros	6	6	6	6	6
Data início do plano	01/03/2012	01/03/2013	01/03/2014	01/03/2015	01/03/2016
Data término da outorga	01/03/2015	01/03/2016	01/03/2017	01/03/2018	01/03/2019
Ações em tesouraria adquiridas pelos beneficiários (i)	475.000	380.900	1.647.500	1.371.000	1.031.500
Valor de compra por ação (R\$) (i)	8,77	13,36	2,34	2,84	4,23
Ações em tesouraria concedidas em usufruto (i)	475.000	380.900	1.647.500	1.371.000	1.031.500
Valor do usufruto por ação (R\$) (i)	8,75	13,35	2,29	3,26	4,30
Despesa acumulada do plano - desde o início	3.078	3.612	3.556	2.583	1.232
Despesa do plano - 1/1 à 31/12/2016 (ii)	-	201	1.255	1.341	1.232
Despesa do plano - 1/1 à 31/12/2015 (ii)	1.026	1.204	1.255	1.242	-
Despesa do plano - 1/1 à 31/12/2014 (ii)	1.026	1.204	1.046	-	-
Despesa do plano - 1/1 à 31/12/2013 (ii)	1.026	1.003	-	-	-

- (i) As quantidades de ações outorgadas apresentadas para os Planos de 2011 e 2012 estão sendo apresentadas em suas quantidades originais, não sendo convertidas na proporção quem corresponderiam com o desdobramento de ações aprovado em 20 de março de 2014 em Assembleia Geral, onde cada ação de emissão da Companhia foi desdobrada em cinco de mesma classe e espécie.
- (ii) Valores em milhares de R\$.
- (iii) O referido plano foi encerrado em 2015 por conta do término do prazo de 3 anos.

O Plano de outorga de 2011 foi encerrado em 2015 por conta do término do prazo de 3 anos, dessa forma, as ações antes concedidas em regime de outorga, tiveram sua titularidade transferida aos beneficiários, sem que nenhuma cláusula do Plano (vide item 13.4 deste Formulário) fosse quebrada.

Outras Informações
Anexo à Proposta da Administração para AGEO de 08/03/2017

I) Em decorrência dos Aumentos de Capital, dentro do limite do capital autorizado e aprovados nas Reuniões Extraordinárias do Conselho de Administração, realizadas em 2016, conforme artigo 11 da Instrução CVM nº 481/2009, segue a alteração proposta para a redação do artigo 5º do Estatuto Social:

Redação Atual:

“Art. 5 - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.384.474.125,90 (dois bilhões, trezentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, cento e vinte e cinco reais e noventa centavos), dividido em 4.733.177.315 (quatro bilhões, setecentos e trinta e três milhões, cento e setenta e sete mil, trezentas e quinze) ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 1.849.269.750 (um bilhão, oitocentos e quarenta e nove milhões, duzentas e sessenta e nove mil, setecentas e cinquenta) ações ordinárias e 2.883.907.565 (dois bilhões, oitocentos e oitenta e três milhões, novecentas e sete mil, quinhentas e sessenta e cinco) ações preferenciais.”

Redação Proposta:

“Art. 5 - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.384.483.688,40 (dois bilhões, trezentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), dividido em 4.733.181.140 (quatro bilhões, setecentos e trinta e três milhões, cento e oitenta e um mil, cento e quarenta) ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 1.849.270.515 (um bilhão, oitocentos e quarenta e nove milhões, duzentas e setenta mil, quinhentas e quinze) ações ordinárias e 2.883.910.625 (dois bilhões, oitocentos e oitenta e três milhões, novecentas e dez mil, seiscentas e vinte e cinco) ações preferenciais.

Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas:

A redação proposta contempla a homologação dos aumentos de capital decorrentes da conversão de debêntures e do exercício do bônus de subscrição em ações, ambos com emissão de novas ações.

II) Os membros indicados no item 12.6/8 do Formulário de Referência declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foram condenados ou estão sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, declarando-se ciente do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76